

DEPÓSITO LEGAL
- 2. 10. 1975

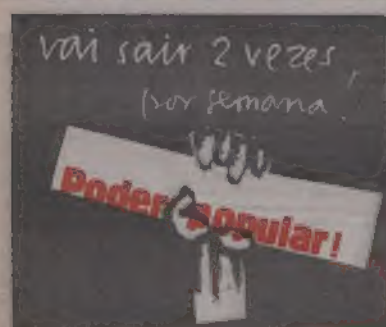
Esquerda Socialista

Director: Augusto Mataus

Órgão do Movimento da Esquerda Socialista

ANO I N.º 23 / 1 de Abril de 1975

Preço 3500



EDITORIAL

A institucionalização do M.F.A., com a criação do Conselho Superior da Revolução e a abertura de Assembleia de Delegados do M.F.A. a milicianos, sargentos, soldados e marinheiros, significando o reforço das posições progressistas no seu seio, veio mostrar, uma vez mais, a necessidade de se encerrar o M.F.A. não como algo de estático, mas como um movimento que vai sofrendo alterações com a evolução da luta de classes.

Se com o 11 de Março a corrente spinoлиста sofreu um profundíssimo golpe, isso não significa que os oficiais direitistas não continuem a manter posições importantes no seio do M.F.A. e das Forças Armadas. O desmantelamento da corrente spinoлиста impõe antes uma recomposição da corrente direitista, que se fará em torno do bloqueamento do saneamento militar e da profissionalização das Forças Armadas.

O M.F.A. mantém, portanto, no seu seio as mesmas contradições mas funcionando, a partir do 11 de Março, em bases diferentes que se asseguram, por um lado, um maior peso aos sectores progressistas, continuam a abrir, por outro lado, o caminho ao golpe maoísta-reacionário.

A questão fundamental continua a ser a de efectiva ligação no concreto do M.F.A. ao movimento popular de massas, aos problemas e às lutas dos trabalhadores. É dessa ligação que depende em última análise uma evolução progressista do M.F.A., reflectindo em si os avanços da luta dos explorados e oprimidos.

A formação do IV Governo Provisório, que continua a manter as características de um Governo de conciliação de classes, a não legalização dos partidos fascizantes (P.D.C. e C.D.S.) e mesmo a autorização dada ao C.D.S. para concorrer às eleições, juntamente com a tentativa de afastamento por via administrativa de agrupamentos ditos de extrema esquerda como o A.O.C. e o M.R.P.P., mostram que o M.F.A. não tem capacidade de levar por diante a clarificação política que a situação criada pelo 11 de Março exige, isto fundamentalmente pelo espectro das eleições e pelo aumento da pressão imperialista, mostrando que reforço das posições progressistas não significa, no momento actual, ultrapassagem do projecto reformista.

Deste modo não só o Governo Provisório, com a sua constituição, não poderá levar por diante as medidas concretas de ataque ao poder capitalista que se impõem para que a iniciativa e a movimentação das massas populares aprofundem decisivamente a situação em favor dos seus interesses, como as eleições burguesas para a Constituinte, claramente inopertunas e desadaptadas em relação aos interesses, problemas e lutas dos trabalhadores.

Continua na pág. 2

ANGOLA PORTUGAL

CONTRA O IMPERIALISMO

UM SÓ COMBATE

Uma vez mais o imperialismo e seus lacaios massacraram em Angola as forças populares. Os factos são do conhecimento público: dezenas de recrutas do Centro da Instrução Revolucionária Ho Chi Minh, do M. P. L. A., foram capturados traiçoeiramente e barbaramente fuzilados pelo E. L. N. A. (que ninguém sabe se é exército de angolanos ou zairenses, se ao serviço de Holden ou de Mobutu, ou dos interesses imperialistas dos dois); dezenas de civis foram indiscriminadamente seviciados pelos mesmos caracóis, já conhecidos pelos massacres da U. P. A. em 1961.

Tais factos porém não aconteceram isoladamente. Iserem-se, pelo contrário, numa longa escalada imperialista dos mercenários reberistas-mobutistas de F. N. L. A., ultimamente perpassado de usurpação e violação aos acordos de Penha.



zendo-nos que estão em crise, que isto está mau... que não podem... etc.

Todos sabemos que, se não para todos os patrões, há ao menos para a grande

maioria, o retorno aos tempos de antes do 25 de Abril são o seu objectivo. Uns dizem-nos, mais ou menos claramente, outros menos claramente tentam esconder

os seus pensamentos mas, como não conseguem esconder as suas atitudes... denunciemo-nos.

Julgámo-nos no início da discussão pré-constituinte, C. Oliveira da pág. 2

ESCALADA IMPERIALISTA

Quem não está lembrado, entre outras muitas provocações, do rapto do jornalista progressista António Cardoso pelos homens de Vaal Neto (secretário de Estado da Informação pela F. N. L. A.)? E do ataque sistemático da F. N. L. A. aos museus tentando destruir os emblemas de poder popular lançados pelo M. P. L. A.? E das provocações constantes aos militantes do M. P. L. A., desde o arrogante puxar a pistola do ministro do Interior Ngola Cabunjo (F. N. L. A.) ao membro do Colégio Presidencial pelo M. P. L. A. Lopo do Nascimento, em pleno Conselho de Ministros, passando pelas rajadas de metralhadoras contra a residência de Cornélio Cayley (secretário de Estado do Trabalho pelo M. P. L. A.), até aos disparos salientes.

Todos sabemos que desde 25 de Abril os nossos patrões não se têm calado. SAUDOSISTICAMENTE di-

Operários exigem novo contrato

Face à atitude reaccionária e anti-operária assumida pelos representantes do patronato, os Sindicatos de Lanifícios decidiram interromper as negociações que se arrastavam já há bastante tempo e que visavam um novo acordo colectivo para o ramo.

Face ao impasse, e como modo de pressionar os capitalistas exploradores a scelerem as justas reivindicações dos operários dos lanifícios, foi decidida para ontem, dia 31, uma paralisação de 30 minutos em todas as fábricas do ramo.

É esta uma primeira medida, a que se seguirá as que os trabalhadores julgarem necessárias para levar por diante vitoriosamente a luta pela consagração da proposta sindical no novo contrato colectivo.

Adiante publicamos o comunicado emitido pelas direcções dos Sindicatos de

Lisboa, Porto, Covilhã, Gouveia e Castanheira de Pera).

Todos sabemos que sempre foi apatrigado dos patrões dos Lanifícios explorar-nos o máximo para ganharem o máximo.

Todos sabemos que, durante anos, temos trabalhado em condições infra-humanas.

Todos sabemos que os nossos patrões, mesmo com leis feitas por eles e pelo Governo fascista, sempre tentaram que as mesmas não fossem cumpridas.

Todos sabemos quantas dificuldades temos tido a quantas lamentações temos ouvido, sempre que tivemos que negociar um contrato ou quaisquer alterações no mesmo.

Todos sabemos a mentalidade retrógrada, reaccio-

nária e anti-operária que os patrões dos Lanifícios mantêm nas fábricas, dia-a-dia e sempre que se trata de quaisquer melhorias, nas condições de vida, para nós trabalhadores.

Todos nos lembramos que, já depois do 25 de Abril, foi necessário lutar, através da Greve, durante 12 dias, em todas as fábricas, e em algumas mil, para conseguirmos 100000 (MIL ESCUDOS) de aumento nos nossos misé-

Continua na pág. 5



Esquerda Socialista

(Continuação da pág. 1)

res, entregando muito provavelmente, uma vitória às forças contra-revolucionárias e anticomunistas P.P.D./P.S., criaram as condições para que a direita do M.F.A. e das Forças Armadas e o imperialismo, possam mais facilmente intervir em defesa das «liberdades», da «legalidade democrática» e do «espírito do 25 de Abril».

Nesta situação claramente contraditória interessa aprofundar os avanços obtidos no pós-11 de Março: a maior abertura da Assembleia do M.F.A. e o reforço das posições progressistas no seu seio, por um lado, e a nacionalização da Banca e dos Seguros, por outro lado.

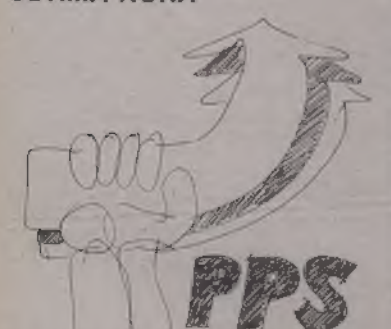
Nesta situação importa, por incapacidade, não criar falsos inimigos e errados objectivos de luta. Na situação actual o que importa combater não é o capitalismo de Estado em si, mas o seu papel no processo de transformação económica e política em curso. O que importa é derrotar os que pretendem fazer do processo de nacionalização um processo ao serviço dos interesses das pequenas e médias capitais comerciais, industriais e agrárias. Não se trata, portanto, do combate ideológico ao capitalismo de Estado, mas sim do combate prático à estatização burocrática da economia, à manutenção da lógica capitalista, ao papel privilegiado dos técnicos pelo efectivo controlo político dos trabalhadores sobre o processo.

O verdadeiro combate a travar, o sem o qual não haverá ataque ao poder do capital nem golpes profundos no capital financeiro, é o do fortalecimento das comissões de trabalhadores e de moradores, da sua coordenação; é o da democracia sindical e do sindicalismo de classe, isto é, o do lançamento de um poderoso movimento das massas anticapitalistas, impulsionador da afirmação do poder operário e popular.

Numa situação com estas características em que as opções e as lutas tem de ter um sentido cada vez mais geral e em que o regime autoritário que as forças burguesas procuram instalar no nosso país se mostra cada vez menos democrático, não se pode desprezar a importância da eleição de deputados revolucionários para a Constituinte.

A participação revolucionária no processo eleitoral é a que se faz numa perspectiva não eleitoralista, isto é, a que se faz fundamentalmente para a organização das massas exploradas e oprimidas, a divulgação das suas lutas e a generalização das suas experiências, sem desprezar o terreno eleitoral e a sua importância, aceitando o combate ideológico, levando em conta os anseios das massas populares em ter respostas concretas aos seus problemas concretos e reconhece a importância do voto revolucionário, comunista.

ÚLTIMA HORA



Directamente da C. N. E. recebemos e informação da que, apesar de estarem ultrapassados todos os prazos da acção e legalizada a formação de um novo partido que muito enriquecerá a cena política democrática portuguesa.

Trata-se do P. P. S., que se propõe lutar pela instauração em Portugal de um socialismo capitalista em liberdade.

Libros 1.4.75



(Continuação da pág. 1)

os gratuitos contra as sedes do M.P.L.A.?

Quem não está lembrado das manobras divisionistas de Chipenda, e soldo do imperialismo, com a cobertura contra a residência de F. N. L. A., e das suas provocações ao Luso e em Luanda aos acordos da Penina, que custaram a vida entre outros do valeroso comandante Valéria do M. P. L. A.? Quem ignora o comportamento de F. N. L. A., que, entre outros, rapinou descalçadamente um comandante de kassangues exilado em Luanda, mandando-o preso para Kinshasa, precisamente quando Mobutu proclamava «meritadamente» uma «amnistia» para o repatriamento de todos os soldados?

Enfim, seria interminável a lista de exemplos que aqui poderíamos aduzir, para demonstrações do comportamento provocador da F. N. L. A., que chaceira, rapta, rouba e corrompe. MAS ENQUANTO ISTO SE DÁ — e é o que mais grave se nos afigura — regressamos à Angola e é a primeira fila de sua vida pública, nas hostes da F. N. L. A., homens até há tempos procurados pela Junta Militar e que presidia Raul Coutinho, como ex-pídes, e implicados em actividades conspiratórias contra a descolonização. É o caso de Rui Correia de Freitas, agora regressado e posto pelo F. N. L. A. na direcção do «Provincia de Angola». É o caso de António Ferronha, outro conhecido golpista spinolista, preceptor dos filhos de Mobutu. É o caso de Jaime de Oliveira e tantos outros.

Enquanto isto se dá, os pides andam à solta, instalam-se, conspiram, reorganizam-se, ao lado de F. N. L. A. O saneamento no interior das Forças Armadas Portuguesas continua por fazer. Ocupam nelas lugares de responsabilidade homens de escassíssima confiança política como o ten.-cor. Alexandre, breca direito de alto-comissário Silva Cardoso, e muitos outros conhecidos spinolistas. (A propósito: que anda a fazer no Lundé, coman-

dando tropas de Diamang, o conhecido spinolista major Martz Fernandes? Será que o 11 de Março não teve a ver, nem nunca terá, com Angola? Quem não se recorda das ligações entre os conspiradores spinolistas do 28 de Setembro aqui e de poucos dias depois em Angola (agora regressados aos poucos, a cobertura da F. N. L. A.)?

Tudo isto demonstra à evidência a degradação do clima político, pela intimidação, provocação, o desrespeito mais elemental pelos acordos da Penina, que a F. N. L. A. se encarregue de lavar a cabo impunemente. Os seus ditos «milícias» — mercenários sem qualquer espécie de ideal que não seja o soldo — encam Luanda, falando francos, como se estivessem em Kinshasa, sem qualquer controlo da sua nacionalidade. Os objectivos da F. N. L. A., estão cada dia mais à vista: provocar a confrontação antes da independência, a ocupação de Angola por tropas da O. M. F. A. (aprendendo bem a lição do Congo que levou à eliminação das forças progressistas e de Lumumba), e a divisão imperialista do seu território saqueando para si as zonas mais ricas.

E por esta degradação do clima político, embora com outros intentos, não é feita de responsabilidade a U. N. I. T. A., que joga igualmente na marginalização do M. P. L. A. por um lado, e no aproveitamento da polarização crescente entre a F. N. L. A. e o M. P. L. A. por outro. (Resta porém saber se tal aproveitamento não se viria contra a própria U. N. I. T. A., rompendo-lhe as costuras já pouco resistentes entre as facções que no seu interior se contradizem, e provocando a sua dissolução nos outros dois movimentos.)

M. F. A. — QUAL RESPOSTA?

O M. F. A. não pode assistir passivamente a esta situação, tendo de fazer o que lhe compete para defender a sua efectiva descolonização anti-imperialista. Não pode assistir passiva-

mente à implantação imperialista em Angola. As forças que o veiculam devem deixar de ser consideradas pelo M. F. A. como capazes de uma efectiva descolonização. O M. F. A. não pode pretender conciliar o que é inconciliável. Neste caso, seria mesmo tração. É tempo de compreender e agir rapidamente, se queremos impedir agora o que mais tarde será inevitável e irremediável, aproveitando as novas condições políticas criadas em Portugal após o 11 de Março. Ou pretendemos não ignorar que foi a pressão imperialista veiculada das mais variadas formas — em Portugal e em Angola, como no estrangeiro — que procurou marginalizar o M. P. L. A., e obrigou ao reconhecimento da F. N. L. A. e U. N. I. T. A. como interlocutores do M. F. A. no Algarve?

O M. F. A. tem que dar e a Comissão Coordenadora, por razões de emergência, com funções políticas, executivas e legislativas, com que o Conselho da Revolução está actualmente investido. Se o M. F. A. se institucionalizou em Portugal não como simples «árbitro», mas como «motor» revolucionário, em conjuntura política não mais grave que a actualmente existente em Angola, porque razão, após os actuais incidentes, que vieram revelar uma incapacidade de regular o diferendo através dos acordos da Penina, não se há-de igualmente institucionalizar, e nos mesmos termos, como o faz em Portugal?

Se o não fizer agora, amanhã ver-se-á ultrapassado pelos acontecimentos, a (impossibilitado, militar e politicamente) para o fazer.

O M. F. A. e o povo português têm que estar preparados para assumir as responsabilidades históricas de solidariedade para com a justa luta do povo angolano pela sua emancipação, pela sua efectiva independência, contra o imperialismo, neocolonialismo e seus agentes. Não podemos hesitar perante a eventualidade de se tornar bem mais real e presente, o avião de Vasco Gonçalves, feito no Sabugo, a todo o Pêlo de que, embora tendo feito a paz, o povo português deve preparar-se, se necessário, para continuar a ver cair homens seus, na defesa de mesmos pais se tornar bem mais real e presente.

Pelo prisão e expulsão dos pides de Angola!

Pelo saneamento nas F. A. P. em Angola!

Pela institucionalização revolucionária do M. F. A. em Angola!

Contre o imperialismo, contra o neocolonialismo e seus agentes em Angola!

Viva o M. P. L. A. — único legítimo representante do povo angolano!

M. P. L. A. e o povo, o povo e o M. P. L. A.!

A vitória é certa!

RESPOSTAS A UM



No dia 12 de Março, 24 horas após a 3.ª tentativa do golpe do Estado de Spínola e de seus aliados, José Dias da comissão central do M.E.S., da passagem por Bruxelas, é entrevistado pela rádio belga (RTB).

O comissário do M.E.S., considera que a situação em Portugal tem tendência a clarificar-se: o desmascaramento da direita obrigando os portugueses, e sobretudo os verdadeiros responsáveis pelo 25 de Abril, a optarem mais firmemente pelo caminho da democracia, isto é, do socialismo.

Acusou, além das forças declaradamente reacçãoárias (C.D.S. — P.D.C.), o P.P.D. e a cúpula do P.S.P. de estarem de perto ou de longe implicados no golpe, directamente ou indirectamente através das Embaixadas dos Estados Unidos e da República Federal Alemã. O grau de responsabilidade desses partidos estaria, segundo ele, a ser averiguado pela comissão de inquérito do M.F.A.

Estas declarações foram transmitidas no noticiário das 13 horas.

A redacção do «Jornal falado» da RTB entrevistou também J.F. Revel (1) que se encontrava nesse dia em Bruxelas. Assim, após as declarações de J.Dias, o senhor Revel declarou à rádio belga que o golpe fora preparado pela esquerda (ler comunistas) para eliminar Spínola e a social-democracia (ler Soares). Teceu depois toda uma série de considerações sobre os militares portugueses no poder que considerou como incapazes de governar e para reforçar as suas afirmações declarou que o Primeiro-Ministro português era um desequilibrado mental (2) e o brigadeiro Saraiva de Carvalho era um general do «vaudeville».

Sexta-feira, dia 14, durante o noticiário das 13 horas, o jornalista da R.T.B. anuncia terem recebido um comunicado da Embaixada da Portugal na Bélgica onde se contestava as declarações de José Dias sobre a participação do P.S. na terceira tentativa contra-revolucionária de Spínola, afirmando-se que tais declarações faziam parte de uma campanha mais geral tendente a denegrir a pessoa do Sua Excelência o ministro dos Negócios Estrangeiros. A Embaixada faz notar à rádio belga (RTB) que não se deve ouvir opiniões de certas pessoas que são minoritariamente e não representativas, tal o caso de José Dias do M.E.S.

No entanto, nem uma palavra sobre as declarações do senhor Revel.

Até aqui, as embaixadas de Portugal na Europa, de acordo com as directivas do Ministério de que dependem limitaram-se a «ignorar» a campanha que certa imprensa europeia tem levado a cabo contra Portugal, contra o M.F.A., e contra alguns militares do Governo Provisório.

Mas, por vezes, o «silêncio» das embaixadas é por demais incompreensível.

O conteúdo de dois números do semanário francês «L'Express» dedicados a Portugal, ou mais concretamente ao «perigo do comunismo» em Portugal e à necessidade dos países ocidentais apoiarem a todo o custo Mário Soares, levou A. Martins Lopes a pôr a questão seguinte: o ministro dos Negócios Estrangeiros português terá acaso concordado com a análise que «L'Express» publicou? Concordou. É pena e profundamente lamentável. Não concordou? Então, instruiu a Embaixada de Portugal em Paris para que, ao abrigo do direito de resposta, corrigisse as distorções deliberadamente feitas? (3)

A questão põe-se agora de maneira um pouco diferente. Pois sabemos, pelo menos os portugueses residentes na Bélgica, que toda e qualquer referência menos agradável a Sua Excelência o ministro dos Negócios Estrangeiros terá resposta rápida e adequada por parte dos seus embaixadores. Mas as análises sobre o processo revolucionário português e sobre outros dirigentes civis e militares ficam sem resposta, como se tratasse de algo estranho ao Ministério.

Estranha concepção esta que preside à acção do Ministério dos Negócios Estrangeiros português que confunde um aparelho de estado ao serviço do País e do projecto democrático, com um organismo partidário ou eleitoral.

Bruxelas, 16/3/73

AUGUSTO
ROGÉRIO LEITÃO

(1) o homem do semanário francês, «L'Express», que lançou uma campanha contra Portugal baseada na apologia do Mário Soares, o único salvador da jovem democracia portuguesa.

(2) segundo Revel, «fecto sobejamente conhecido e referido por outros ministros do Governo Provisório».

(3) «Expresso» de 22/2/75 (in Expresso)

Fundamentalmente desde a realização do seu Congresso que a natureza de classe do P.S. (o chamado Partido Socialista Português) e as suas ligações à Social Democracia Europeia ficaram claramente expostas. É aí desde então que o anterior palmeado de tom «esquerdizante» utilizado pelo P.S. e que certamente não agradava muito aos seus aliados europeus e rapidamente substituído por fórmulas agressivas anticomunistas eleitoralistas que atingem o seu auge reacçãoário quando da chamada questão de «unidade sindical». É também desde esse momento que as justas críticas do M.E.S. às posições burguesas e oportunistas do P.S. mostram à direcção deste partido que seriam infrutíferas todas e quaisquer tentativas de anidar o M.E.S. nas suas estruturas organizativas.

Com efeito, o M.E.S. meses antes do 11 de março demonstrou de forma evidente quais as razões e consequências das posições políticas adoptadas pelo partido de Mário Soares. Denunciámos assim claramente os objectivos do P.S.: dividir o M.F.A. em proveito da sua fracção spinolista; isolar e destruir a sua fracção verdadeiramente progressista; acenar com o espantelho do «totalitarismo comunista» para impor no nosso país uma democracia burguesa, primeiro passo para um regime autoritário de fachada democrática, no qual a burguesia portuguesa e o imperialismo internacional aperfeiçoariam as suas formas de exploração e opressão da classe operária e dos seus aliados históricos. O M.E.S. não considera meros frutos do escaso das declarações de Spínola onde este golpista escabocava sorrisos e piscadelas de olho para o que o chamado «Socialismo em Liberdade», o muito menos a recusa de Mário Soares em comprovar publicamente as declarações do brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho respeitantes ao comprometimento de Spínola com o imperialismo americano em relação à tentativa de impor uma solução neocolonial nos territórios africanos. «Tudo isto antes do 11 de Março».

Assim, para o M.E.S. era evidente, semanas antes do 11 de Março, que uma tentativa golpista contra-revolucionária estava em organização, e por todos os meios ao seu alcance o nosso Movimento a denunciava, mostrando o comprometimento objectivo nessa manobra da Social-Democracia Europeia, do Imperialismo americano e dos seus lacaios no nosso país.

Deste modo, não é para nós uma surpresa a agitação contra-revolucionária do 11 de Março e o nosso camarada José Dias, da Comissão Política Nacional, algumas horas após a tentativa de golpe, declara em Bruxelas aquilo que em Portugal já muitas semanas antes o M.E.S. declarava: o comprometimento objectivo das falsas socialistas com a contra-revolução. Quanto à afirmação de que a residência do secretário-geral do P.S. se encontrava na manhã de 11 de Março com vigilância redobrada por parte da Polícia de Segurança Pública, tal é a perfeita verdade, esperando o M.E.S. que o inquérito ao 11 de Março faça luz sobre o que tal significava, para o que é importante saber quem tem a palavra as ordens nesse sentido, o COPCON ou o Major Casanova Ferreira (tentão chefe do P.S.P. de Lisboa e agora preso...)

No entanto, o P.S. vem agora atacar o M.E.S., fingindo indignação e assumindo ares ameaçadores e sobranceiros.

O P.S. acusa o M.E.S. no seu comunicado de ser uma organização irresponsável e infantil, sobretudo desde «a última classe». Ora, ao contrário do P.S., que tem sofrido várias crises motivadas pela compreensão, por parte de muitos dos seus ex-militantes, dos interesses que o P.S. serve, o M.E.S. não teve qualquer crise organizativa.

Quanto à irresponsabilidade e infantilismo apenas temos a dizer que o M.E.S. se responsabiliza pelas afirmações que profere e que não faz parte da sua prática o ataque a profissionais da informação incentivados por dirigentes, ou a publicação de comunicados contra a RTP com base em acusações totalmente falsas como ridiculamente o P.S. fez quando da realização do seu último comício no Campo Pequeno.

E o que tem o P.S. a dizer da organização terrorista E.L.P. utilizar nas suas «análises» sobre o M.E.S. as atitudes de azeiteização em relação ao P.C. com a indicação «Soares dilata»?

O P.S. diz ser um grande partido da resistência antifascista e anticomunista e não ter lições a recolher do M.E.S. Mas, apesar do M.E.S. não pretender dar lições a quem, por estar do outro lado da barricada na luta de classes, as não pode receber, desafia o P.S. a explicar claramente quais as lutas de classe operária, dos estudantes, dos empregados, dos soldados em que esteve empenhado antes do 25 de Abril. Onde estava o P.S. durante o fascismo, que ninguém o viu?

O M.E.S. protesta contra o facto de o embaixador de Portugal na Bélgica ter vindo rapidamente à Rádio desse país atacar o M.E.S., defendendo o partido do ministro dos Negócios Estrangeiros, mas não tendo aproveitado essa tribuna para denunciar as manobras da certa imprensa belga que, com a complicidade desta embaixada, tem caluniado o processo revolucionário português e insultado algumas figuras do M.F.A. Assim, como o núcleo do M.E.S. em Bruxelas já denunciou a RTB (Rádio Belga) no mesmo dia em que entrevistou José Dias, ouviu também o jornalista do «L'Express» J.F. Revel, que declarou que o golpe do 11 de Março fora preparado pela esquerda para eliminar Spínola e a Social-Democracia, tendo também dito que os militares portugueses eram incapazes de governar, que o Primeiro-Ministro português era um desequilibrado mental e o brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho um general de «opera». Pois a Embaixada Portuguesa em Bruxelas teve o cuidado de «desmentir» o nosso camarada, mas sobre as afirmações do jornalista de «L'Express» (semanário que considera Soares o «único salvador da jovem democracia portuguesa») nem o mais leve protesto foi esboçado. A quem servem as embaixadas portuguesas e mais concretamente a Embaixada da Portugal na Bélgica?

Ao M.E.S. não interessam polémicas com contra-revolucionários. Apenas faz este comunicado para esclarecer os trabalhadores portugueses que ainda são enganados pela direcção do P.S. O M.E.S. espera que o inquérito ao 11 de Março esclareça, sejam quais forem as consequências, quais os implicados no golpe. Para que tal se dê, é necessário que a Comissão de inquérito não hesite, não ceda a pressões de nenhum tipo. Os trabalhadores e os soldados assim o exigem!

30 de Março de 1975
A Comissão Política Nacional do M.E.S.

LIBERDADE DE INFORMAR

O avanço do processo revolucionário em Portugal, apesar das hesitações, e moralidades, ultrapassadas, por vezes, a tempestade de muitas consciências, que se recusam sistematicamente a aprender o sentido dos acontecimentos. Fenómeno compreensível nas camadas mais reacionárias ou decadentes da burguesia, é perigosa toda e qualquer indiferença perante ele quando atinge um sector do trabalho tão importante para o esclarecimento e a informação das massas populares como é o da imprensa.

Os trabalhadores de imprensa, mercê da sua situação social ambígua de trabalhadores privilegiados, originários, em regra da pequena burguesia, são inovados, pelas condições materiais e culturais em que exercem o profissão, pela própria linguagem utilizada e os mitos que a povoam, a defenderem uma classe que ao não adoptar a não ser à custa de abdicar e compromissos e a regatearem um lugar mais honroso por meio de apoios simultaneamente conferidos, em regra inconsequentemente, às classes trabalhadoras.

Esta situação viciosa cria hoje sérios obstáculos ao trabalho de adaptação da imprensa às novas condições políticas e sociais do País. Nos últimos anos do regime anterior, iniciaram-se, em alguns jornais, esforços de renovação que levaram às redacções elementos novos, muitas vezes saídos das lutas académicas ou outros combates antifascistas e anticapitalistas, de onde um certo avanço na qualidade e responsabilidade dos jornais, logo, porém, adulterados por uma vasta manobra tecnocrática que dividiu as redacções pelo abuso das hierarquias (mais vigentes que estimulantes), pela introdução de discursivas critérios de rentabilidade e por distorcida valorização quer dos temas quer do modo de os abordar.

Os 25 de Abril apañhou toda esta máquina, sobretudo no Porto, num estado de incapacidade avaliadora da situação política; as estruturas instaladas à sombra do fascismo procuraram jogar com a incerteza e hesitação do novo regime, apostando nas cartas de apóstatas ou em outra forma de enfermagem reaccionária, continuando a fazer, embora de modo mais subtil, as manobras anticomunistas de sempre.

Por outro lado, os jornalistas progressistas nem sempre determinaram com ousadia qual a melhor acção realista dentro das

empresas, qual o melhor critério deontológico, no exercício da profissão, e qual o sentido que se impõe agora à mesma na perspectiva socialista que o País adopta.

SECTARISMO NÃO SERVE A INFORMAÇÃO

Assim, não são raros os casos de camaradas que pensam que a solução mais revolucionária para os jornais em que trabalham é pô-los ao serviço dos partidos políticos de esquerda e que, nas reportagens ou artigos, devem destacar tudo quanto (lectos ou ideias) seria a linha actual desses partidos, e ocultar tudo quanto lhes constitua problema e incómodo. Resulta destas confusões um perigo de desânimo entre jornalistas, facto que as direcções e administrações reaccionárias habilitadas provocam, pois desvirtuam o máximo permitido para a sua permanência: resulta ainda a desorientação e confusão que muitos lócos jornalísticos provocam na público e a incapacidade dos seus autores para um efectivo trabalho de esclarecimento político.

Mais do que censurar estas actuações, interessa que compreendamos as suas causas e nos apercebamos de que, após o 11 de Março e a nacionalização da banca e dos seguros, se põem a toda a classe tarefas urgentes de adaptação do trabalho jornalístico às novas condições da vida nacional. Com efeito, o Estado controla agora tudo quanto antes era controlado pelos bancos, o que significa que poderemos reclamar daqui em diante a participação dos trabalhadores da imprensa no controle das empresas jornalísticas, não apenas a nível da administração, mas também, e tirando todo o proveito, da Lei de Imprensa ao nível das direcções. Um pouco mais de ousadia e unidade e os conselhos de administração começam a ser controlados pelos trabalhadores. Estes, no entanto, devem resistir à sedução de serem integrados nesses ou em outros aparelhos gestores, recusar-se ao abandono da atitude reactiva tradicional na classe e à corrupção que resultaria do contacto com corpos administrativos criados pelo capitalismo e impregnados de cultura burguesa. Que não mudem (cultura burguesa e capitalismo) apenas pelo efeito mecânico da nacionalização dos bancos dominadores de jornais, mas sobretudo pelas mudanças qualitativas a que a luta

dos trabalhadores compeli o patronato. Ou seja: pelo efectivo controle dos jornais pelos trabalhadores. Pela inequívoca integração das direcções dos jornais no espírito da revolução democrática e socialista. E pelo assumir da responsabilidade na orientação da imprensa, pela capacidade de inventar cada jornal um objectivo, um plano, um critério e um estilo, pondo-o ao serviço de um grupo de tarefas mais urgentes da revolução, ligando-o, para fins dinamizadores, a um sector do mundo do trabalho e da criatividade, ultrapassando a mistificação burguesa da informação contemplativa e neutral e comprometendo-o franca e decididamente, na prática transformadora do País.

Estes objectivos pressupõem a distinção, no jornal, entre a propriedade jurídica e a orientação ideológica. Seja qual for o dono do capital investido na empresa de informação não é de modo algum, invariável que o jornal se torne o veículo do pensamento dominante e solidário dos trabalhadores e dos seus cri-

térios da apreensão e exposição da verdade das economias. Bastará que, apoiando-se na linha mais progressista do M.F.A., e integrando-se numa lógica revolucionária, os trabalhadores da imprensa se tornem conscientes da sua condição de trabalhadores, que escrevem responsabilmente para outros trabalhadores, que se empenham, duplamente na libertação de toda a sua classe: porque é a sua classe e porque é o único destinatário para que vale a pena escrever, e ainda porque só numa perspectiva de libertação das massas exploradas e de denúncia do processo de exploração é possível a objectividade.

Não se trata, nesta proposta, de receber ordens seja de onde for, mas de um sentido de cooperação com todas as iniciativas revolucionárias, criar uma nova noção e novos critérios de serviço popular, ou seja de serviço às classes trabalhadoras, noção que realiza pelos métodos próprios de uma informação objectiva, os projectos da revolução. Por outro lado, a movimen-

tação consciente dos trabalhadores da imprensa e a determinação do um estilo próprio de trabalho delatado do perigo de substituir a alienação substancial, aos imperativos da reprodução do capital, por qualquer forma de dirigismo político imposta desde fora ou desde dentro da consciência de cada um de nós. A objectividade de jornalista implica a sua experiência social, que, por sua vez, implica o seu compromisso político, mas este é apenas um meio para se atingir o principal e mais determinante, que é o compromisso com a classe operária. São, pois, de rejeitar as novas formas de dirigismo, intromissão abusiva na actividade jornalística, bastando aos partidos ideologicamente relacionados com a classe operária a colaboração leal, objectiva e independente das redacções e dos jornalistas.

O avanço para a democracia e para o Socialismo significam para os jornalistas uma redefinição dos seus critérios de trabalho, uma mediação sobre o significado, o valor e a eficácia desta, sobre os mitos

de que a burguesia carrega e carrega toda a actividade informativa, sobre os subterfúgios modos como a classe exploradora engana os trabalhadores através duma linguagem de cujos vícios nem sempre nós, seus transmissores, tomamos consciência. Só no comprometimento político este trabalho de reflexão pode ser levado a cabo, só aí recebe os estímulos e as comprovações de os desmentidos práticos de que carece. Os jornalistas do M.F.E.S. convidam pela os seus camaradas para, em conjunto e a partir das lutas pelo controle das nossos jornais, se criar no País um sentido novo da dignidade profissional do jornalista revolucionário, um responsável sentido de honestidade e da objectividade da informação. Programas que pressupõem o desmascaramento de todas as manobras divisionistas daqueles que toman ainda defender, nos jornais, a presença ou a persistência do poder e de mentalidade capitalistas.

O Núcleo de Jornalistas do Porto do Movimento de Esquerda Socialista

Sobre o Congresso da LUAR

Realizou-se no passado dia 24 de Fevereiro o que seria a sessão pública de encerramento do I Congresso Nacional da L.U.A.R. Vria a revelar-se que não tinham chegado ao termo os debates, remetidos para posterior conclusão nas bases.

Creemos que, mesmo assim, terá ficado no ar a dúvida sobre o que poderá ser a continuação nas bases deste I Congresso da L.U.A.R. As intervenções das camaradas durante a sessão pública não trouxeram nenhuma precisão política em relação às posições já assumidas pela organização. Não sabemos os problemas que concretamente se puseram nos dois dias de trabalhos das camaradas da L.U.A.R. Mas pensamos que, apesar das insuficiências inerentes a um debate limitado no tempo, em tempos tão complexos como os que vivemos, não é fácil compreender o vácuo político desta sessão de encerramento. A não ser que a L.U.A.R. caminhe a passos largos para a completa marginalização no processo político em curso.

Destes dois dias de debates não saiu o mais leve esboço programático, a mínima reflexão sobre

questões organizativas, a mais ligeira tentativa de colocação tática face ao momento presente. Pelo contrário, apenas foi patente o mais infantil expontamento, o simplismo que são as recriações anti-organização partidária (os partidos é que dividem os trabalhadores!), o palrar acima da realidade da luta de classes no nosso país. Os camaradas da L.U.A.R. não quiseram, não puderam não submergir a cabeça a enfrentar as questões que se põem a uma organização que passa de uma fase de luta armada e de uma estrutura organizativa a ela subordinada, para uma fase de luta essencialmente política, onde é prioritário o trabalho de massificação.

A análise que a L.U.A.R. faz do panorama político em Portugal parece caber em limites muito curtos: os que vão do L.U.A.R. à classe operária e às organizações autónomas e unitárias dos trabalhadores às comissões de trabalhadores. Parece ser nesse espaço que se desenvolve a luta de classes, o que aliás se reflectiu nos próprios convites para a sessão pública:

As organizações políticas não foram convidadas enquanto tal (no con-

trário das comissões de trabalhadores), o que faria supor não só que a L.U.A.R. seria a pura depositária da verdade organizativa da classe, como mistificar completamente o seu próprio papel: a aplicar a si própria os conceitos que defendeu para os outros, a L.U.A.R., como organização política, não seria também (suposto) factor de divisão de classes?

Não, camaradas da L.U.A.R. a unidade da classe operária é, de facto, o meio mais poderoso para a conquista dos seus objectivos finais... por isso se força em torno de um programa estratégico autónomo, suportado por uma organização da vanguarda — o Partido Revolucionário — unificadora da classe, nos processos de luta de massas. A construção deste projecto e desta organização exige aos revolucionários portugueses a capacidade de extrair da própria luta de massas as propostas mais avançadas e, dialécticamente, iram propondo tudo o que, em cada momento, possa ser factor de unificação e avanço da classe. Isso passa já desde hoje, também, por uma relação organizativa com as vanguardas de classe, a que o desenvolvimento espontâneo das lutas de base não

pode, só por si, dar forma.

Pelo contrário, o mera balismo dará origem ao caberismo mais acabado e impotente (expresso nas intervenções das camaradas trabalhadoras da Llanave e Siderurgia que usaram da palavra) de onde, certamente, não surgirá o projecto de poder socialista para a construção do comunismo.

Tudo isto passa hoje em Portugal, pensamos por um esforço sério de aproximação prática teórica organizativa de todos aqueles que, fora do campo reformista e grupuscular consequente, não privilegiar a divergência sobre o acordo, e dividu sobre a unidade, conseguam livres de esquemas preconcebidos apreender a riqueza da situação que vivemos, o seu carácter original.

Mas isto não se compadece com chauvinismos organizativos e romantismos guerrilheiros, não se compadece com fazer de erros (ou possíveis erros) divergências de fundo, não se compadece com a inexistência de uma cada vez mais clara e amadurecida definição dos problemas de cada um. Antes exige um debate político total, franco e aberto, sem que cada um assuma os seus erros.



Metalúrgicos contra manobras do Sindicato

Face à forte mobilização e contestação pela classe, decidida a não continuar a permitir uma actuação descaradamente partidária a nível do Sindicato dos Metalúrgicos pôs de pé um plano para manter o «tacho» que lhe tem permitido controlar os trabalhadores e difamar muitas das suas lutas.

Esse plano, apoiado em largos recursos (intensa e dispendiosa campanha de propaganda e utilização dos meios de informação afectos ao P. C.), culminava com uma assembleia cuidadosamente preparada, em local (Sacavém) onde estava garantido largo apoio e um serviço de segurança que só garantiria a dos promotores (foi necessária a intervenção do COP-CON para proteger os oradores não afectos). Claro que esta assembleia elegia uma Comissão de Gestão composta pelos elementos da direcção que enfrentava a oposição.

É evidente que tudo isto não passou de uma farsa que a classe metalúrgica subirá dasmaescares.

Assim, e de acordo com os estatutos, foi já requeri-

da a realização da nova assembleia, onde, desta vez, seja possível julgar democraticamente a actuação da direcção.

REQUERIMENTO

Os abaixo assinados, sócios em número bastante e no pleno gozo dos seus direitos, vêm, ao abrigo dos estatutos e da lei geral, requerer a convocatória de uma Assembleia Geral Extraordinária, para Lisboa, no próximo dia 24/4/75, pelas 20 horas, com o seguinte ordem de trabalhos:

- 1 — Esclarecimento dos factos que levaram as dimensões do presidente da Direcção e outros dirigentes.
- 2 — Esclarecimento das razões do despedimento e suspensão dos funcionários, com presença e palavra dos mesmos.
- 3 — Análise dos motivos que levaram a novas admissões de funcionários.
- 4 — Julgamento pela classe da actuação da Direcção.
- 5 — Medidas a tomar.

Lisboa, 27 de Março de 1975

(Seguem-se as assinaturas.)

CAIXEIROS DE ÉVORA

Entrou no 2.º dia a greve dos trabalhadores caixeiros e empregados de escritório do distrito de Évora. Salientamos quatro aspectos desta luta exemplar:

— A greve foi decidida em assembleia de trabalhadores, o que lhe confere um carácter de vanguarda pois nasceu do movimento global dos trabalhadores e conseguiu superar o esparilhamento burocratizante das estruturas sindicais e político-partidárias.

— Está em causa uma luta global contra os despedimentos, que são uma das principais armas do patronato capitalista contra a movimentação e as reivindicações dos trabalhadores (estes exigem uma indemnização perfeitamente justa e admissível, por cada ano de trabalho, em caso de despedimento sem justa causa, o que de modo nenhum é exagerado).

— Lutando também por melhores salários, os caixeiros e empregados de escritório pretendem assim responder à exploração de que são vítimas, em especial por causa da subida do custo de vida, com que o capital pretende aumentar cada vez mais os seus lucros.

— Esta luta, finalmente, põe em causa todo o sistema comercial (em que predominam os intermediários parasitas) nas relações de produção da sociedade capitalista.

Nesta linha, o núcleo de Évora do Movimento da Esquerda Socialista:

— Apela Intelentemente a luta justa e exemplar dos caixeiros e empregados de escritório do nosso distrito.

— Dará toda a divulgação possível a esta luta.

— Previne contra as insidiasas manobras do patronato



e dos fura-greves, a quem se deverá dar resposta adequada.

— Apela para que todos os trabalhadores e o povo em geral saibam compreender e aceitar os incómodos que esta luta implica e apoiar devidamente os camaradas em lutas.

— Tudo fará para que esta luta parcelar seja correctamente enquadrada numa ampla movimentação de massas anticapitalista.

Núcleo de Évora do M. E. S.

N.R.: A greve dos caixeiros do distrito de Évora foi interrompida na quinta-feira 28 por se ter finalmente chegado a um acordo. Mais uma vez, se demonstrou que a unidade e firme decisão dos trabalhadores são o único argumento que o patronato compreende.

Em frente contra a exploração
Pelo Socialismo,
para o Comunismo!



Lanifícios:

Continuação da p. 1

que algo de novo se passaria durante as negociações da nossa proposta, na medida em que os senhores industriais fizeram «bonitas» declarações de bom senso, de desejo de que uma nova era começasse na indústria, que não sentiam que a nova A.N.I.L. tivesse qualquer relação com o velho F.N.I.L., etc.

De parte das representantes sindicais fiéis sempre dito que, mais do que palavras, importavam as posições que em cada momento assumissem.

Estávamos e estamos demasiado esgotados para podermos acreditar em actos de fé vindos dos patrões dos lanifícios, ou de qualquer patrão.

O que no dia 27 se passou, disse e prova.

Aguardamos cerca de 20 dias, até ao dia 22, confor-

me acordado, que nos fosse enviada a contraproposta à nossa proposta e recebemos, em seu lugar, um ofício que mais não é do que as desculpas e lamentações do costume.

Ao iniciarmos no dia 27, as negociações, logo verificamos que os senhores industriais mais uma vez pretendiam manter as suas prerrogativas.

Apercebemo-nos ainda, que os senhores industriais, pretendem conseguir créditos do Governo para continuarem a nossa exploração, o que desde já rejeitamos e alertamos a todos os camaradas.

Mas a nossa primeira surpresa, foi encontrar a chefiar a delegação dos industriais, um senhor doutor, que nunca tínhamos visto e que no decorrer das negociações se mostrou ser dos mais reacconários e um fiel laço do patronato.

Discutimos as cláusulas referentes:

a) aos dias de descanso semanal, em que reivindicamos o sábado e o domingo como descanso obrigatório.

b) aos feriados, onde embora estivéssemos dispostos a ceder um pouco, os senhores industriais, mais não quiseram do que aumentar 3 feriados aos existentes, sendo de notar que até o 25 de Abril procuraram pôr em causa.

Perante isto os sindicatos decidiram interromper as negociações e fizeram a seguinte declaração de voto:

«Perante as posições assumidas pelos representantes dos industriais de lanifícios os representantes sindicais declaram:

1.º Que o espírito das negociações que os representantes patronais tentam imprimir, são

em tudo iguais às posições assumidas antes do 25 de Abril.

2.º Que ao iniciar-se as negociações se verificou da parte dos representantes patronais em relação às quatro cláusulas discutidas:

a) os problemas de sério importância na melhoria das condições de vida dos trabalhadores não e ser relegados sem qualquer perspectiva de serem contemplados os negociados, para um plano secundário.

b) que os industriais de lanifícios com a posição assumida, pretendem conseguir que o seu sector usufrua condições menores de que outras indústrias semelhantes.

c) que o espírito que colocam nas negociações não tem em conta as melhores condições de vida que a maioria dos trabalhadores, noutros sectores, já usufrui.

3.º Sentem ainda os representantes sindicais que foram ludibriados no espírito reclamado durante as negociações pré-contratadas.

4.º Os representantes sindi-

cais perante esta atitude insidiosa e reacconária dos representantes patronais, chegam ao ponto de pôr em causa o dia 25 de Abril como feriado e depois de explicarem as razões porque não aceitam ceder na conquista de condições que os trabalhadores considerem mínimas e, que as consequências que a posição que os industriais estão a assumir não serão de modo algum propícias à manutenção de um bom clima e ambiente de trabalho, e que uma posição como aquela que se pretendem em relação às cláusulas 81.ª - 1, cláusula 82.ª - 1 e à cláusula 84.ª trará consequências graves na indústria.

Decidem interromper as negociações responsabilizando os representantes patronais por todas as consequências que a sua atitude trará para o sector.

Consideram ainda que a atitude assumida pelos industriais de lanifícios, só pode ser no mínimo classificada pelos trabalhadores de reacconária e antioperária.

CAMARADAS

Os patrões mais uma vez tentam prejudicar a nossa exploração.

Nós, trabalhadores dos lanifícios, já os conhecemos e sabemos como temos de responder às manobras do patronato explorador.

Ao reacconarismo dos industriais de lanifícios, temos de responder com a nossa força organizada.

Temos de responder a mais esta agressão do patronato com a nossa unidade.

As direcções dos sindicatos de lanifícios, apelam para que todos os trabalhadores estejam presentes nas reuniões de sábado.

dia 29, às 21 horas, e que a segunda-feira, dia 31, seja mais uma grande jornada de luta dos trabalhadores de lanifícios.



ENCONTRO DE TRABALHADORES DA REGIÃO DE LISBOA

LUTA SINDICAL

Sua importância e limitações

Os sindicatos são o resultado de um esforço de unificação e organização das classes trabalhadoras com o objectivo de no interior da sociedade capitalista defender e promover os seus interesses.

Nascidos da necessidade de organização dos trabalhadores — que apenas possuem a sua força de trabalho que são obrigados a vender aos capitalistas — para conseguir elevar os seus salários, os sindicatos foram-se desenvolvendo até abrangerem na sua acção muitos outros aspectos da luta trabalho assalariado/capital.

Mas um sindicato não representa trabalhadores apenas porque diz representá-los. Um sindicato, para ser efectivamente representativo dos trabalhadores, tem de ter como objectivos de acção os que dizem respeito aos problemas concretos desses trabalhadores e tem de ser por eles controlado, não sendo os dirigentes sindicais mais do que os executantes da vontade daqueles que os elegeram.

AS LIMITAÇÕES DA LUTA SINDICAL

A luta sindical é, em qualquer lado, uma luta limitada. Combatendo e exploração capitalista tendo de aceitar a partida o sistema capitalista e as suas leis, a luta sindical, por si, só pode pôr em causa a intensidade da exploração, mas nunca a própria exploração.

A esta limitação geral juntam-se em Portugal as limitações da estrutura sindical fascista-corporativista que ainda não foram destruídas:

a) A esmagadora maioria dos sindicatos estão organizados por profissões daí resultando como principal inconveniente a divisão e a concorrência entre os próprios trabalhadores.

b) Proliferam minissindicatos que só contribuem para o enfraquecimento da luta sindical, sobretudo nos locais de trabalho onde os trabalhadores se vêem muitas vezes representados por dezenas de sindicatos.

c) A regionalização dos sindicatos é uma realidade que facilita as pressões exercidas pelo patronato sobre os dirigentes sindicais. Sobreretudo nas pequenas localidades.

A luta sindical tem assim de ser integrada na luta política mais geral dos trabalhadores e, no actual momento no nosso país, de orientar-se para a destruição da estrutura sindical fascista-corporativista e sua substituição por sindicatos verticais de actividades, mantendo e fortalecendo apenas os sindicatos de profissão verdadeiramente significativos.

SINDICATOS APARTIDÁRIOS MAS POLÍTICOS

Para nós, os sindicatos têm de ser políticos porque devem ser um instrumento da classe trabalhadora na luta contra o capitalismo tendo em vista a conquista do poder político pelos trabalhadores.

Todavia, não podemos confundir sindicatos políticos com sindicatos partidários. O partidário sindical (sindicatos correias de transmissão dos partidos políticos) na actual fase da luta de classes em Portugal, só vai provocar a divisão dos trabalhadores, pois não há neste momento nenhum partido que seja reconhecido pelos trabalhadores com o seu partido.

Com isto não queremos dizer que os militantes dos partidos políticos não devam ter responsabilidades sindicais. O que se lhes proíbe é que ponham os sindicatos ao serviço dos interesses partidários.

ORGANIZAÇÃO SINDICAL

A luta contra o partidário sindical só é possível através de uma organização interna dos sindicatos verdadeiramente democrática, isto é, controlada pelos trabalhadores. Para tal pensamos que as direcções sindicais, sempre que estejam em jogo os interesses dos trabalhadores que representam, devem ser meros executores das decisões dos mesmos. Para

atingir este objectivo os estatutos das organizações sindicais devem conter regras que permitam o controle e a intervenção constantes por parte dos trabalhadores representados.

OS DELEGADOS SINDICAIS

Para que a acção sindical se desenvolva de forma correcta, isto é, para que sejam efectivamente os trabalhadores a deter a iniciativa e a controlar a vida sindical, para que o sindicato não se reduza a um conjunto de serviços burocráticos, de secretaria, a uma direcção e a uma assembleia geral onde a direcção presta algumas informações, são necessárias duas condições: elevar a consciência de classe dos trabalhadores e encontrar formas de participação dos mesmos na discussão e decisão dos problemas que afectam a vida sindical. Os elementos principais neste trabalho de importância vital para os sindicatos são os delegados sindicais. Da acção dos delegados sindicais, mais do que da direcção, dependem a força ou a fraqueza dos sindicatos.

Esta descoberta prática da correspondência objectiva entre as relações de trabalho e o quotidiano aparentemente exterior a ele, é um passo importante para o caminho da emancipação trabalhadora.

É importante pois colocar ao nível político a reivindicação económica.

Neste sentido vai o MES promover um encontro de trabalhadores, no próximo dia 13 de Abril, entre operários de vários sectores empenhados em lutas, que exporão e discutirão entre si os problemas específicos da cada luta concreta, incrementando assim o contacto entre sectores distintos e lutas diferenciadas, prática que se espera contribua para a desejada perspectivação e organização política global que.

São necessárias pessoas que mereçam a confiança dos seus camaradas de trabalho: trabalhadores que tenham os mesmos problemas, as mesmas dificuldades, a mesma situação na empresa ou na fábrica que os seus camaradas de trabalho.

2 — Trabalhadores conscientes dos seus interesses. Não chega que os trabalhadores escolhidos sejam «porreiros» ou simpáticos, é também necessário que tenham um mínimo de consciência de qual é a situação dos trabalhadores numa sociedade como a nossa.

3 — Trabalhadores que não tenham medo de ir contra a vontade dos patrões

ou dos seus representantes.

Não interessam pessoas que só tenham «paleio», mas sim pessoas activas, que não se amedrontem e que sejam capazes de reivindicar.

PROCESSO DE ELEIÇÃO DOS DELEGADOS

Como pretendemos pessoas que sejam representativas, tenham o mínimo de conhecimentos e estejam dispostas a trabalhar, o processo de eleição não pode reduzir-se a uma mera votação.

Por outro lado, este processo deve ser ponto de partida para discutir os problemas existentes na fábrica, na empresa ou área e para lançar uma campanha de esclarecimento do que é o sindicato, e do que são os delegados.

DEBATER em conjunto os nossos problemas

A medida que as lutas, na fábrica, exigem aos trabalhadores uma melhor organização, consciência e explicitação de problemas, cresce a necessidade de relacionar tudo o que aí se passa com um conjunto de circunstâncias exteriores: conflitos noutras empresas do ramo e outros sectores de produção, habitação, transportes, escolas, saúde, etc.

Esta tentativa de controlo parte da necessidade de garantir a hierarquia no sistema produtivo, que permita aos privilegiados a permanência dessa situação.

Essa luta pelo poder agudizar-se-á nos sectores nacionalizados já que aí é a derradeira plataforma de salvação da classe burguesa, interessada numa transição controlada para um capitalismo de Estado.

Os partidos da burguesia apoiarão assim os trabalhadores em lugar de chefia, ou os sectores pequenos-burgueses, como meio de reprimir o avanço operário, único inimigo radical.

Para tanto, há que retirar às bases a iniciativa nas lutas contraopondo-lhes a «inteligência» e «treino de gestão» dos administrativos.

Cabe aos proletários tomar nas suas mãos a direcção das lutas que lhes disserem respeito, chamando a si os restantes sectores, sem que no entanto fiquem subordinados a perspectivas alheias, de escritório.

Já na preparação desse encontro transcreveremos e comentamos uma pequena conversa entre quatro trabalhadores de quatro empresas de sectores diferen-



DEBATER em conjunto os nossos problemas

tes, todos eles integrados nos processos de luta e organização decorrentes, nos respectivos locais de trabalho.

PEQUENO-BURGUESES NA CHEFA

O esforço dos quadros médios e sectores de serviços, no interior das empresas, para o controlo das organizações de trabalhadores, é um dos factores que mais deve acutelar os sectores operários.

Esta tentativa de controlo parte da necessidade de garantir a hierarquia no sistema produtivo, que permita aos privilegiados a permanência dessa situação.

Essa luta pelo poder agudizar-se-á nos sectores nacionalizados já que aí é a derradeira plataforma de salvação da classe burguesa, interessada numa transição controlada para um capitalismo de Estado.

Os partidos da burguesia apoiarão assim os trabalhadores em lugar de chefia, ou os sectores pequenos-burgueses, como meio de reprimir o avanço operário, único inimigo radical.

Para tanto, há que retirar às bases a iniciativa nas lutas contraopondo-lhes a «inteligência» e «treino de gestão» dos administrativos.

Cabe aos proletários tomar nas suas mãos a direcção das lutas que lhes disserem respeito, chamando a si os restantes sectores, sem que no entanto fiquem subordinados a perspectivas alheias, de escritório.

tes, todos eles integrados nos processos de luta e organização decorrentes, nos respectivos locais de trabalho.

Trabalhadora Automática — Após o 25 de Abril foi eleito um conselho de trabalhadores pelas diversas secções da fábrica. Foi denominado de «grande conselho» sendo composto de 100 delegados correspondendo a idêntico número de secções. Estes delegados procederam à eleição do pequeno conselho. Como os administrativos estavam em maioria no que diz respeito ao número de secções, eles que no total são apenas 1500 (enquanto que nós da produção somos 2800) conseguiram eleger um conselho que de facto não é representativo. Assim foram eleitos 8 administrativos, 8 dos serviços técnicos e apenas 8 da produção (e nestes últimos apenas 2 ou 3 simples operários).

Este conselho nada fez nos 8 meses que durou. Por exemplo, no que diz respeito a saneamento político, a comissão eleita para o efeito e que era constituída por elementos do pequeno conselho e delegados sindicais recebeu as listas dos elementos fascistas e guardou-as na gaveta. Os trabalhadores que conseguiram obtê-las por outras vias e puseram-nas na fábrica. Isto deu uma grande bronca e houve gente dos administrativos que chegou a pedir o saneamento dos operários que tinham exposto as listas. Aliás as listas acabaram por ser rasgadas.

Depois disto o pequeno conselho pediu a demis-

são, sendo um novo eleito mas com os mesmos efeitos, como era de prever. A sua composição foi apresentada aos trabalhadores aos quais apenas competia riscar os nomes com que não concordassem. A nomeação para o lugar, desastrosa, não aos trabalhadores, mas ao tal grande conselho.

Este domínio dos administrativos corresponde a um domínio quase que de classe pois não há nenhum deles que ganhe o mesmo que nós da produção. São chefiados por elementos como o Dias que foi aumentado após a greve que fizemos por se ter «portado bem» isto é como fura greves.

As meninas de escritório alinham também pois não nos esqueçamos que antes do 25 de Abril se negavam a comer connosco, as operárias a quem apelidavam de «batas verdes».

A nível do sindicato estamos muito mal servidos. As negociações que se têm feito através dele com os patrões têm levado a casos como o da Applied onde as pessoas ficaram sem emprego, sem fábrica sem nada...

comportam-se mais como polícias das operárias vigiando-as no trabalho, etc. Estes senhores são aqueles «bem falantes» que lavam as pessoas e depois as apunham pelas costas.

Os poucos delegados sindicais que se têm posto ao lado dos trabalhadores são difamados. Dizem que eles estão mais preocupados em fazer agitação política do que actuarem em favor dos trabalhadores.

A minha opinião a classe operária tem de acordar e desmascarar estes senhores que apenas visam manipular-nos a favor dos seus interesses.

Trabalhadora UTIC — Na nossa fábrica os administrativos foram aqueles que nunca alinharam nas três greves que fizemos antes do 25 de Abril. Hoje são esses mesmos elementos que constituem a maioria do conselho de trabalhadores. Boicotam todos aqueles que tentam consciencializar os operários para a luta, não hesitando com ameaças de saneamento em verso e tudo! Porém os trabalhadores começam a ter consciência de que a comissão de trabalhadores não lhes serve e ultrapassam-na!

A nossa saída para a rua no dia 25 de Janeiro foi completamente autónoma em relação a eles. Claro que tentam readaptar-se após terem sido ultrapassados para não perderem o poleiro.

A IRRACIONALIDADE DO SISTEMA

Os trabalhadores estão em óptimas condições de entender a irracionalidade do sistema capitalista. São os construtores dos autocarros que faltam nas carreiras urbanas que vêm simultaneamente acumular-se em armazéns as enormes carranpas inúteis, a enferrujar, apontando-lhes o fantasma da fome e desemprego. Uns sem trabalho e outros sem um mínimo de condições de vida; a fiada de meios de consumo; a ausência de infra-estruturas sociais mínimas.

por cento, devido a não haver saída para os veículos. A administração tem permanecido impávida perante este estado de bancarrota. O próprio Governo, estamos convencidos, não fora a nossa saída para a rua no dia 25 de Janeiro, não teria mexido uma palha.

Os trabalhadores vêm a intervenção estatal não a um nível de salvar economicamente a empresa mas sim, a um nível de intervenção nas empresas transportadoras. É aí que está o mal da UTIC. Será lógica a nacionalização da UTIC como consequência da nacionalização das empresas de transporte. Na nossa opinião, o Estado nacionalizar apenas a UTIC é nacionalizar um cancro.

A administração vai-se queixar de dificuldades económicas, mas isso os trabalhadores em nada contribuirão pois não houve reivindicações salariais de muito. A administração manteve um desconto especial a que chama de sazonal (5 por cento de desconto em 3 meses e 8 por cento noutros três), isto sobre preços praticamente de custo do material.

A administração vai-se queixar de dificuldades económicas, mas isso os trabalhadores em nada contribuirão pois não houve reivindicações salariais de muito. A administração manteve um desconto especial a que chama de sazonal (5 por cento de desconto em 3 meses e 8 por cento noutros três), isto sobre preços praticamente de custo do material.

A administração vai-se queixar de dificuldades económicas, mas isso os trabalhadores em nada contribuirão pois não houve reivindicações salariais de muito. A administração manteve um desconto especial a que chama de sazonal (5 por cento de desconto em 3 meses e 8 por cento noutros três), isto sobre preços praticamente de custo do material.

A administração vai-se queixar de dificuldades económicas, mas isso os trabalhadores em nada contribuirão pois não houve reivindicações salariais de muito. A administração manteve um desconto especial a que chama de sazonal (5 por cento de desconto em 3 meses e 8 por cento noutros três), isto sobre preços praticamente de custo do material.

A administração vai-se queixar de dificuldades económicas, mas isso os trabalhadores em nada contribuirão pois não houve reivindicações salariais de muito. A administração manteve um desconto especial a que chama de sazonal (5 por cento de desconto em 3 meses e 8 por cento noutros três), isto sobre preços praticamente de custo do material.

A administração vai-se queixar de dificuldades económicas, mas isso os trabalhadores em nada contribuirão pois não houve reivindicações salariais de muito. A administração manteve um desconto especial a que chama de sazonal (5 por cento de desconto em 3 meses e 8 por cento noutros três), isto sobre preços praticamente de custo do material.

A administração vai-se queixar de dificuldades económicas, mas isso os trabalhadores em nada contribuirão pois não houve reivindicações salariais de muito. A administração manteve um desconto especial a que chama de sazonal (5 por cento de desconto em 3 meses e 8 por cento noutros três), isto sobre preços praticamente de custo do material.

A administração vai-se queixar de dificuldades económicas, mas isso os trabalhadores em nada contribuirão pois não houve reivindicações salariais de muito. A administração manteve um desconto especial a que chama de sazonal (5 por cento de desconto em 3 meses e 8 por cento noutros três), isto sobre preços praticamente de custo do material.

A administração vai-se queixar de dificuldades económicas, mas isso os trabalhadores em nada contribuirão pois não houve reivindicações salariais de muito. A administração manteve um desconto especial a que chama de sazonal (5 por cento de desconto em 3 meses e 8 por cento noutros três), isto sobre preços praticamente de custo do material.

A administração vai-se queixar de dificuldades económicas, mas isso os trabalhadores em nada contribuirão pois não houve reivindicações salariais de muito. A administração manteve um desconto especial a que chama de sazonal (5 por cento de desconto em 3 meses e 8 por cento noutros três), isto sobre preços praticamente de custo do material.

A administração vai-se queixar de dificuldades económicas, mas isso os trabalhadores em nada contribuirão pois não houve reivindicações salariais de muito. A administração manteve um desconto especial a que chama de sazonal (5 por cento de desconto em 3 meses e 8 por cento noutros três), isto sobre preços praticamente de custo do material.

A administração vai-se queixar de dificuldades económicas, mas isso os trabalhadores em nada contribuirão pois não houve reivindicações salariais de muito. A administração manteve um desconto especial a que chama de sazonal (5 por cento de desconto em 3 meses e 8 por cento noutros três), isto sobre preços praticamente de custo do material.

A administração vai-se queixar de dificuldades económicas, mas isso os trabalhadores em nada contribuirão pois não houve reivindicações salariais de muito. A administração manteve um desconto especial a que chama de sazonal (5 por cento de desconto em 3 meses e 8 por cento noutros três), isto sobre preços praticamente de custo do material.

tão, e quando saímos para a rua a 25 de Janeiro era já um grito que soltávamos em desespero, enfim um apelo de sobrevivência... porque? Porque tomámos consciência de que a empresa estava a laborar para a prateleira.

A UTIC é formada por oitenta e duas empresas rodoviárias. Até ao 25 de Abril estava encomendada toda a produção de 1974. No dia 26 de Abril foi tudo cancelado... Foi o início de um boicote que se tem mantido até hoje a nível de encomendas acompanhado por um boicote nos pagamentos de dívidas à UTIC. Assim, os BELOS, A CER-NACHE e J. M. SANTOS têm hoje o crédito cortado pela administração, se bem que aqueles devedores, sejam simultaneamente sócios acionistas e a empresa. Claro que a administração só tomou esta posição pressionada pelos trabalhadores que difundiram a todo o País no dia 25 de Janeiro este caso flagrante de sabotagem económica — Os BELOS são os campeões pois só eles devem 110 000 contos à UTIC. Mas não é tudo! Na secção de letras da UTIC há coisas estranhas como letras a resgatar letras e dívidas de 1000 contos perdidas pelas gavetas.

A administração vai-se queixar de dificuldades económicas, mas isso os trabalhadores em nada contribuirão pois não houve reivindicações salariais de muito. A administração manteve um desconto especial a que chama de sazonal (5 por cento de desconto em 3 meses e 8 por cento noutros três), isto sobre preços praticamente de custo do material.

A administração vai-se queixar de dificuldades económicas, mas isso os trabalhadores em nada contribuirão pois não houve reivindicações salariais de muito. A administração manteve um desconto especial a que chama de sazonal (5 por cento de desconto em 3 meses e 8 por cento noutros três), isto sobre preços praticamente de custo do material.

A administração vai-se queixar de dificuldades económicas, mas isso os trabalhadores em nada contribuirão pois não houve reivindicações salariais de muito. A administração manteve um desconto especial a que chama de sazonal (5 por cento de desconto em 3 meses e 8 por cento noutros três), isto sobre preços praticamente de custo do material.

A administração vai-se queixar de dificuldades económicas, mas isso os trabalhadores em nada contribuirão pois não houve reivindicações salariais de muito. A administração manteve um desconto especial a que chama de sazonal (5 por cento de desconto em 3 meses e 8 por cento noutros três), isto sobre preços praticamente de custo do material.

A administração vai-se queixar de dificuldades económicas, mas isso os trabalhadores em nada contribuirão pois não houve reivindicações salariais de muito. A administração manteve um desconto especial a que chama de sazonal (5 por cento de desconto em 3 meses e 8 por cento noutros três), isto sobre preços praticamente de custo do material.

A administração vai-se queixar de dificuldades económicas, mas isso os trabalhadores em nada contribuirão pois não houve reivindicações salariais de muito. A administração manteve um desconto especial a que chama de sazonal (5 por cento de desconto em 3 meses e 8 por cento noutros três), isto sobre preços praticamente de custo do material.

A administração vai-se queixar de dificuldades económicas, mas isso os trabalhadores em nada contribuirão pois não houve reivindicações salariais de muito. A administração manteve um desconto especial a que chama de sazonal (5 por cento de desconto em 3 meses e 8 por cento noutros três), isto sobre preços praticamente de custo do material.

A administração vai-se queixar de dificuldades económicas, mas isso os trabalhadores em nada contribuirão pois não houve reivindicações salariais de muito. A administração manteve um desconto especial a que chama de sazonal (5 por cento de desconto em 3 meses e 8 por cento noutros três), isto sobre preços praticamente de custo do material.

A administração vai-se queixar de dificuldades económicas, mas isso os trabalhadores em nada contribuirão pois não houve reivindicações salariais de muito. A administração manteve um desconto especial a que chama de sazonal (5 por cento de desconto em 3 meses e 8 por cento noutros três), isto sobre preços praticamente de custo do material.

A administração vai-se queixar de dificuldades económicas, mas isso os trabalhadores em nada contribuirão pois não houve reivindicações salariais de muito. A administração manteve um desconto especial a que chama de sazonal (5 por cento de desconto em 3 meses e 8 por cento noutros três), isto sobre preços praticamente de custo do material.

A administração vai-se queixar de dificuldades económicas, mas isso os trabalhadores em nada contribuirão pois não houve reivindicações salariais de muito. A administração manteve um desconto especial a que chama de sazonal (5 por cento de desconto em 3 meses e 8 por cento noutros três), isto sobre preços praticamente de custo do material.

A administração vai-se queixar de dificuldades económicas, mas isso os trabalhadores em nada contribuirão pois não houve reivindicações salariais de muito. A administração manteve um desconto especial a que chama de sazonal (5 por cento de desconto em 3 meses e 8 por cento noutros três), isto sobre preços praticamente de custo do material.

tão, e quando saímos para a rua a 25 de Janeiro era já um grito que soltávamos em desespero, enfim um apelo de sobrevivência... porque? Porque tomámos consciência de que a empresa estava a laborar para a prateleira.

A UTIC é formada por oitenta e duas empresas rodoviárias. Até ao 25 de Abril estava encomendada toda a produção de 1974. No dia 26 de Abril foi tudo cancelado... Foi o início de um boicote que se tem mantido até hoje a nível de encomendas acompanhado por um boicote nos pagamentos de dívidas à UTIC. Assim, os BELOS, A CER-NACHE e J. M. SANTOS têm hoje o crédito cortado pela administração, se bem que aqueles devedores, sejam simultaneamente sócios acionistas e a empresa. Claro que a administração só tomou esta posição pressionada pelos trabalhadores que difundiram a todo o País no dia 25 de Janeiro este caso flagrante de sabotagem económica — Os BELOS são os campeões pois só eles devem 110 000 contos à UTIC. Mas não é tudo! Na secção de letras da UTIC há coisas estranhas como letras a resgatar letras e dívidas de 1000 contos perdidas pelas gavetas.

A administração vai-se queixar de dificuldades económicas, mas isso os trabalhadores em nada contribuirão pois não houve reivindicações salariais de muito. A administração manteve um desconto especial a que chama de sazonal (5 por cento de desconto em 3 meses e 8 por cento noutros três), isto sobre preços praticamente de custo do material.

A administração vai-se queixar de dificuldades económicas, mas isso os trabalhadores em nada contribuirão pois não houve reivindicações salariais de muito. A administração manteve um desconto especial a que chama de sazonal (5 por cento de desconto em 3 meses e 8 por cento noutros três), isto sobre preços praticamente de custo do material.

A administração vai-se queixar de dificuldades económicas, mas isso os trabalhadores em nada contribuirão pois não houve reivindicações salariais de muito. A administração manteve um desconto especial a que chama de sazonal (5 por cento de desconto em 3 meses e 8 por cento noutros três), isto sobre preços praticamente de custo do material.

A administração vai-se queixar de dificuldades económicas, mas isso os trabalhadores em nada contribuirão pois não houve reivindicações salariais de muito. A administração manteve um desconto especial a que chama de sazonal (5 por cento de desconto em 3 meses e 8 por cento noutros três), isto sobre preços praticamente de custo do material.

A administração vai-se queixar de dificuldades económicas, mas isso os trabalhadores em nada contribuirão pois não houve reivindicações salariais de muito. A administração manteve um desconto especial a que chama de sazonal (5 por cento de desconto em 3 meses e 8 por cento noutros três), isto sobre preços praticamente de custo do material.

A administração vai-se queixar de dificuldades económicas, mas isso os trabalhadores em nada contribuirão pois não houve reivindicações salariais de muito. A administração manteve um desconto especial a que chama de sazonal (5 por cento de desconto em 3 meses e 8 por cento noutros três), isto sobre preços praticamente de custo do material.

A administração vai-se queixar de dificuldades económicas, mas isso os trabalhadores em nada contribuirão pois não houve reivindicações salariais de muito. A administração manteve um desconto especial a que chama de sazonal (5 por cento de desconto em 3 meses e 8 por cento noutros três), isto sobre preços praticamente de custo do material.

A administração vai-se queixar de dificuldades económicas, mas isso os trabalhadores em nada contribuirão pois não houve reivindicações salariais de muito. A administração manteve um desconto especial a que chama de sazonal (5 por cento de desconto em 3 meses e 8 por cento noutros três), isto sobre preços praticamente de custo do material.

A administração vai-se queixar de dificuldades económicas, mas isso os trabalhadores em nada contribuirão pois não houve reivindicações salariais de muito. A administração manteve um desconto especial a que chama de sazonal (5 por cento de desconto em 3 meses e 8 por cento noutros três), isto sobre preços praticamente de custo do material.

A administração vai-se queixar de dificuldades económicas, mas isso os trabalhadores em nada contribuirão pois não houve reivindicações salariais de muito. A administração manteve um desconto especial a que chama de sazonal (5 por cento de desconto em 3 meses e 8 por cento noutros três), isto sobre preços praticamente de custo do material.

A administração vai-se queixar de dificuldades económicas, mas isso os trabalhadores em nada contribuirão pois não houve reivindicações salariais de muito. A administração manteve um desconto especial a que chama de sazonal (5 por cento de desconto em 3 meses e 8 por cento noutros três), isto sobre preços praticamente de custo do material.

A administração vai-se queixar de dificuldades económicas, mas isso os trabalhadores em nada contribuirão pois não houve reivindicações salariais de muito. A administração manteve um desconto especial a que chama de sazonal (5 por cento de desconto em 3 meses e 8 por cento noutros três), isto sobre preços praticamente de custo do material.

de peças que nós temos em stock aqui na UTIC há carros parados por falta de correias de ventoinha!

Além disso, as empresas abandonaram a stokagem própria de peças de reserva, isto também após o 25 de Abril. Convém lembrar que as empresas — proprietárias e clientes compravam o material a um preço praticamente igual ao do custo e mesmo assim não o pagavam! Gostava também de dizer que na dúzia de anos que já passei nesta empresa nada mudou. Em especial, as condições de trabalho são péssimas para os operários. Por exemplo na secção de carroçarias de verão atingem-se normalmente temperaturas de 40 graus centígrados (otelhado é de zinco) e os trabalhadores vem-se obrigados a trabalhar em tronco nu.

Além disso a secção de pintura está junto à de carpintaria, o ar torna-se irrespirável com poeiras de madeira, tintas tóxicas, enfim toda aquela mistela a entrar-nos pelos pulmões dentro. No Inverno é o inverso: uma geleira; mas no Verão é de facto pior — uma autentica fritadeira. Apesar de repetidos protestos tudo tem continuado exactamente na mesma.

Trab. Empr. M. Lopes

Trab. Empr. M. Lopes

Trab. Empr. M. Lopes

Trab. Empr. M. Lopes

Trab. Empr. M. Lopes

Trab. Empr. M. Lopes

nós tentamos evitar, indo aos ministérios do Trabalho e Economia. Mas nada conseguimos.

Em Junho de 1974 o patrão tentou transportar as máquinas de fição conseguiu a autorização em fins de Outubro, mas nós demos pelo caso. De novo fomos dar voltinhas aos ministérios mas desta vez iogámos pelo seguro e assim embora os ministérios ainda não tenham dito nada, nós temos-nos oposto à saída de uma única máquina. É assim continuaremos.

Trab. Empr. M. Lopes

Trab. Empr. M. Lopes

Trab. Empr. M. Lopes

Trab. Empr. M. Lopes

Trab. Empr. M. Lopes

Trab. Empr. M. Lopes

NA CRISE DO CAPITALISMO

Para nos apercebermos da crise existente neste momento na economia capitalista portuguesa, temos que recuar até antes do 25 de Abril e tentar caracterizar essa situação.

Antes do 25 de Abril — A exploração capitalista assentava na conjugação de 3 grandes medidas:

a) A existência de salários de miséria;

b) A exploração desenfreada dos povos das colónias portuguesas (Angola, Moçambique);

c) Uma economia extremamente dependente, voltada essencialmente para a exportação.

Estas medidas só eram possíveis devido à repressão desenfreada utilizada pelo regime fascista. Com o 25 de Abril e consequente liberalização e abertura criadas, todas estas travas foram imediatamente postas em causa pelas massas trabalhadoras, de tal forma que não foi possível a «re-construção pacífica» pretendida pela burguesia capitalista, mas pelo contrário as condições foram-se degradando cada vez mais, e isto através das seguintes vias:

Luta pelo aumento de salários

Atíngulo, por um lado, as empresas de estrutura económica débil (ex: têxteis) que estavam viradas para a exportação (possível pelos baixos custos conseguidos através dos salários de fome), por outro lado as empresas estrangeiras (multinacionais ou não) que se tinham dirigido para Portugal unicamente devido à «paz social» e sobre-exploração possíveis. Tanto umas como outras começaram a avançar despendimentos massivos.

Fim da Exploração Colonial Portuguesa

Atíngulo todas as empresas que viviam à custa do mercado colonial, quer como importador de produtos manufacturados, quer como fornecedor de matérias primas em situação de privilégio total (ex: indústrias básicas, lanifícios, produtos alimentares).

Lutas de carácter «político» com o consequente vazio do poder.

Vio provocar o boicote económico por parte dos países capitalistas que rapidamente cortaram os investimentos que tinham previsto realizar na «paz social» que oferecia o regime fascista.

Tudo isto, acrescentado aos soldados regressados das guerras coloniais e aos emigrantes «recambiados» pelos países capitalistas em crise profunda provocou e provoca o desempre-

ro em quantidades assustadoras (250 000).

O terceiro pilar da exploração capitalista em Portugal — a Economia voltada para a exportação fácil — é posta inevitavelmente em causa pelo processo inflacionário galopante (provocado pelos próprios capitalistas em dificuldades de manter e aumentar os seus lucros) que origina uma dificuldade, se não uma grande impossibilidade, de exportar em condições.

Portanto, a burguesia capitalista, não conseguindo «segurar» por processos «democráticos» a luta dos trabalhadores pela melhoria imediata das suas condições de vida, permitiu o desmoronamento do seu esquema de exploração, sem ter conseguido, entretanto, forjar (impossível num país tão dependente e ainda tão pouco desenvolvido como o nosso) uma solução pacífica, social-democrática, para a manutenção da exploração da classe operária e demais trabalhadores.

Concluído: pode-se dizer que é esta situação de crise profunda da dominação da burguesia que vem pôr em ordem do dia o socialismo e o poder operário e popular em alternativa à manutenção da exploração e opressão capitalistas, em condições no essencial iguais às de antes do 25 de Abril.

Tentaremos mais adiante analisar as questões mais em particular e dar respostas tanto quanto possível concretas e imediatas a problemas que se põem em cada um desses casos.

Empresas em crise

A crise económica da formação social portuguesa tem-se reflectido na crise financeira, reconversão, sabotagem económica, etc. de vários tipos de empresas que se buscavam em condições de exploração que, como atrás foi visto, se alteraram.

Não devam ser os trabalhadores a pagar, através dos despedimentos ou da intensificação da exploração, a crise inerente ao capitalismo português. Para isso é necessário que os trabalhadores, face às falências, aos vários processos de sabotagem econó-

mica com que os capitalistas pretendem preparar a reconversão do seu modo de exploração, apontem alternativas que façam pagar aos capitalistas a sua própria crise e dêem início a uma reestruturação da economia segundo os interesses das massas trabalhadoras.

As respostas a dar pelos trabalhadores variam conforme a natureza do capital em que assenta a empresa (estrangeira, multinacional, grande empresa nacional, pequena empresa), e dependência em que se encontra a produção dessa empresa face a condicionantes externos (outras fases de fabrico, exportação, importação, etc.) o facto de se tratarem ou não de produtos básicos, etc.

Empresas estrangeiras

Das empresas estrangeiras presentes em Portugal, convém-nos distinguir as que são multinacionais — isto é: as que estão ligadas ao capital financeiro internacional e portanto a centros de decisão multinacionais — das restantes, que estão apenas ligadas a capital industrial, quer a capital financeiro com sede numa região.

Empresas multinacionais

Estas empresas implantaram-se em Portugal sobretudo nos sectores do material eléctrico, montagem de automóveis — colocaram em Portugal apenas uma pequena fase do processo de produção, completando-se o mesmo no estrangeiro. Serviam-se dos baixos salários e do clima de «paz social», além de outras condições favoráveis facultadas pelo anterior regime como de baixos impostos e o crédito fácil.

Com os aumentos salariais e o aumento das reivindicações e do poder dos trabalhadores muitas destas empresas deixam de ter as vantagens anteriores, pelo que abandonam o país (Signética) ou efectuam despedimentos drásticos (I.T.T. Semicdutores, I.T.T. Facel) como forma de manter a margem anterior de lucros.

A luta dos trabalhadores depara-se com problemas difíceis quando estas empresas ameaçam fechar como resposta às suas reivindicações, uma vez que

estas empresas estão totalmente dependentes do exterior (na importação, na exportação geral) e têm facilidade de mudarem as suas produções de um para outro país, quando se alteram as vantagens oferecidas.

Os sectores das empresas multinacionais são sectores criados pela dependência económica face ao imperialismo que têm de ser reconvidados. Por isso, não é correcto pedir a nacionalização destes sectores. Para os trabalhadores uma alternativa parcial deve ser a exigência de que o Estado faça pagar altos custos a essas empresas pela sobre-exploração. Se isto poderá levar ao abandono delas, deverá levar também à aquisição de recursos para a criação de novos sectores produtivos básicos onde podem ser empregados os mesmos trabalhadores.

Empresas não multinacionais

Muitas empresas deste tipo se instalaram também em Portugal na base das vantagens oferecidas pelos baixos salários e pela «paz social». Em alternativa ao abandono ou aos despedimentos massivos por parte destas empresas, a nacionalização ou o agrupamento com outras empresas do sector pode ser uma via a apontar pelos trabalhadores.

Produção voltada para o mercado externo, para consumo das classes altas ou para necessidades induzidas pelos capitalistas

Grande parte do aparelho produtivo português, quer se trate de empresas nacionais ou estrangeiras tem estado voltado para o

mercado externo, para cultura aos trabalhadores a resposta a dar face à «crise» dessas empresas, devido à dependência em que se encontram face ao mercado externo. Daí a necessidade de essas empresas se converterem passando a produzir o que corresponde às necessidades básicas do Povo Português.

Problema idêntico de reconversão se põe quanto às indústrias e serviços orientados para os consumos sumptuosos das classes altas (turismo de luxo, bens de consumo individuais de alta qualidade) e também para as produções alicerçadas em necessidades induzidas pelo próprio capitalismo (proliferação do automóvel, da casa secundária ou da ténis de propriedade pessoal, etc.).

Empresas nacionais

A nacionalização das grandes empresas, nomeadamente as das indústrias de base e as dos produtos essenciais para o consumo interno é um passo necessário para alisar decisivamente a base económica do capitalismo. É um passo complementar ao da nacionalização da banca, dos seguros, do comércio externo e sem o qual se manteria o poder dos grupos capitalistas industriais.

Antimonopolismo e anticapitalismo

Face à crise de muitas médias e pequenas empresas, resultante do processo normal de concorrência e concentração capitalista, agravado pela recente subida dos salários, a linha reformista, baseada no «antimonopolismo» tem procurado poupar estes sectores re-freando a luta operária, jus-

tificando que estas empresas não podem acompanhar os aumentos salariais. Pretendem antes que o Estado apoie estas empresas, quer financiando as falências, quer, para o caso das pequenas empresas, apoiando sistematicamente a formação de cooperativas.

Este tipo de actuação vem na sequência da política de aliança com a média e pequena burguesia, própria do reformismo e da «política antimonopolista» alicerçada na tese de que os monopólios entravam o crescimento económico (capitalista).

A política de defesa das pequenas e médias empresas esquece que é muitas vezes nestas empresas que a classe operária suporta piores condições de exploração e onde ultimamente se têm feito mais despedimentos. Esta posição pretende fazer esquecer que os sectores monopolistas são os sectores mais dinâmicos do crescimento capitalista e aqueles que melhor se poderiam adaptar às novas condições criadas a partir do 25 de Abril.

Embora o golpe principal a assentar no capitalismo deve ser dado nos seus centros decisivos de poder económico que são os centros de acumulação de capital financeiro e os sectores monopolistas, não há que poupar os interesses das médias empresas, muitas vezes, de resto, directamente dependentes dos mesmos monopólios. Face à crise destas empresas, os trabalhadores devem pôr a nacionalização, caso a empresa tenha viabilidade económica ou em alternativa a aglutinação com outras empresas do mesmo ramo.

Se as pequenas capitalistas empobrecidas pelo concorrência capitalista podem ser chamadas para o campo do proletariado, não é mantendo-as na posição de exploradoras que essa aliança pode ser feita.



LUTAR PELO SOCIALISMO!

Elaborado antes do golpe reaccionário do 11 de Março, este o texto que hoje parcialmente reproduzimos mantém a sua actualidade já que a situação criada apenas trouxe condições mais favoráveis para se avançar no campo económico na perspectiva aqui definida e, simultaneamente para que a luta dos trabalhadores tenha necessariamente que ter em conta o processo de transformação da economia portuguesa em curso que, se por eles não for controlada, nunca poderá contribuir para o avanço do processo revolucionário.

Inicialmente feito como contra proposta crítica ao Plano Económico Melo Antunes, hoje já ultrapassado, referimo-nos às medidas que nos vários sectores da economia consideramos como indispensáveis e urgentes para abrir caminho a uma real e efectiva transformação da sociedade portuguesa.

Tendo-nos já referido largamente em semanas anteriores à banca e aos seguros, cuja nacionalização preconizamos e se encontra decretada, e ao sector industrial, publicamos hoje o que se refere à Reforma Agrária, Transportes e Comunicações.

REFORMA AGRÁRIA

Relativamente ao sector agrícola importa ter em atenção vários aspectos que o início de uma verdadeira Reforma Agrária deve levar em consideração, tais como:

na zona de latifúndios está, antes de tudo o mais, um problema de justiça social;

há um problema de carácter económico que se traduz na exploração racional da terra, de forma a aumentar a produção nacional, reduzindo assim a nossa dependência do exterior;

há um problema de carácter político que se expressa na indispensabilidade de atacar e liquidar o poder que localmente os grandes senhores da terra exercem, com os problemas decorrentes do caciquismo político e social e da criação de situações de tensão nos campos que dividirão as populações;

há o problema de vencer resistências e manifestações inaptas para processos inovadores, designadamente nas zonas de minifúndio.

Deste modo impõem-se as seguintes medidas:

1. Expropriação de todos os prédios com mais de 200 hectares e de todos os outros que as formas organizativas criadas pelos trabalhadores decidirem; que passarão para a posse do Estado, ficando a sua gestão entregue a cooperativas de trabalhadores e camponeses pobres com o apoio técnico e financeiro de organismos de Estado a criar para o efeito (I.R.A., Banco de Agricultura, Estações de Melhoramento de Plantas, Parques de Máquinas, etc.).

2. Expropriação dos prédios onde foram realizadas obras cujo valor seja determinante no valor total (de roça ou outras) e que tenham sido financiadas pelo Estado. A sua gestão será entregue a cooperativas de trabalhadores agrícolas ou, em certos regimes de pequena propriedade, a empresários individuais,

duais que obrigatoriamente se associarão para a utilização comum de infra-estruturas ou outras actividades onde a dimensão ofereça claras vantagens (parques de máquinas, estabulos, etc., financiados ou não pelo Estado).

3. Expropriação dos prédios não cultivados, ou manifestamente mal cultivados e subaproveitados, após o I.R.A. ter feito tentativas no sentido de alterar a situação.

4. Expropriação dos prédios com área regada superior a 50 ha, arrendados há mais de dez anos. A sua gestão obedecerá aos princípios atrás enunciados.

5. Expropriação de todos os terrenos com exploração para o regadio e cuja dimensão o justifique, obedecendo aos princípios de gestão já enunciados.

6. Restituição imediata dos terrenos baldios, às comunidades locais, seus legítimos proprietários. A sua gestão deverá forçosamente fazer-se sob formas associativas (cooperativas), sendo sempre considerada propriedade colectiva, beneficiando do apoio técnico e financeiro dos organismos especializados do Estado.

7. Proibição imediata da renda em espécie, de parcelas, de subarrendamento. Extinção do foro e do regime de colonato.

8. Estabelecimento de critério para as áreas mínimas de dimensão de prédios rústicos, variáveis segundo a região, o terreno, etc. (por exemplo 50 a 100 ha em sequeiro, etc.).

9. O Estado constituirá imediatamente um organismo técnico-político — um Instituto da Reforma Agrária (I.R.A.) — em cuja gestão será decisiva a participação dos trabalhadores agrícolas e camponeses pobres, do Estado e dos municípios. Para a participação dos trabalhadores, reconhecer-se-ão como legítimos representantes os seguintes: os que as estru-

turas organizativas que foram sendo criadas democraticamente designarem.

Terão funções muito amplas, entre as quais a de fornecer apoio técnico, fixação de preços, cursos de formação técnica especializados, etc.

10. O Estado constituirá estações de melhoramento de plantas, viveiros, etc., subordinados ao I.R.A. Esta será ainda a instância decisiva e ouvir em tudo o que respeite a política agrícola e decisões técnicas.

11. O Estado levará a efeito, e apoiará em tudo o I.R.A., municípios, cooperativas, associações de agricultores e outras formas organizativas que venham a ser criadas pelas populações rurais, na organização de vastas campanhas de esclarecimento e dinamização local, especialmente com predomínio nas zonas de minifúndio, visando a difusão do associativismo agrícola e cooperativismo, promovendo e mantendo explorações-piloto e apoiando e incentivando a discussão política e a participação nas zonas onde a penetração política é mais difícil e as populações continuam sujeitas à dominação dos caciques locais.

12. O Estado constituirá imediatamente um Banco de Agricultura (B.A.) com gestão controlada pelos interessados, pelo I.R.A., e directamente, ou pelas formas organizativas locais que venham a ser criadas pelos trabalhadores para representarem os seus interesses.

13. O auxílio técnico e financeiro do Estado será atribuído exclusivamente a associações de pequenos e médios agricultores e a cooperativas de trabalhadores agrícolas. Intensificar-se-á o auxílio ao empenhamento cooperati-

zação e reconversão cultural.

14. Fixação de programas de intersecção cultural com padrões mínimos, para as propriedades de grande dimensão não expropriadas sujeitas a sanções em caso de não cumprimento, que podem ir até à expropriação.

15. Desincentivação do arrendamento (sistema fiscal) com opção na venda aos rendeiros que se constituiriam em cooperativas, ou ao Estado.

16. Fixação de valores máximos de rendas e prazos mínimos de duração dos contratos (18 anos por exemplo).

17. A comercialização dos produtos agrícolas será efectuada por empresas públicas de comércio interno a actuar em dois campos distintos:

a) recolha e centralização de produtos agrícolas de consumo imediato junto das empresas produtoras que pretendem;

b) armazenagem e distribuição dos produtos;

1.ª pelos postos de venda e mercados com vendedores particulares;

2.ª por grandes armazéns do Estado de venda directa ao público.

Tal medida implica a integração da actual rede de frio existente, o seu alargamento e a sua articulação com uma infra-estrutura de transportes adequada a cada produto (leite, carne, peixe, fruta, hortícolas). Poderão também as cooperativas e as associações de agricultores organizar a venda directa ao público, ficando sujeitas a apertada fiscalização de preços e qualidade. Os preços serão estabelecidos de acordo com as indicações fornecidas pelo I.R.A. Tais empresas poderão ser criadas em collegadas de aquisição e

distribuição dos adubos, fertilizantes primários, secundários, fungicidas, insecticidas, rodenticidas, etc.).

Integração com outros sectores: será incentivada a integração do circuito

produção-transformação, para o que o Estado concederá créditos através do Banco de Agricultura, a todos os outros incentivos que venham a ser considerados necessários.

transportes e comunicações

Em qualquer processo de transformação social, independentemente da integração num esquema mais geral de apropriação colectiva dos meios de produção, é evidente a importância fundamental que tem o sector de transportes e comunicações. Basta recordar aqui o exemplo do Chile.

Neste contexto importa um controlo efectivo deste sector, para o que se impõe:

Nacionalização das empresas de transporte rodoviário, de cargas e de passageiros, com uma frota igual ou superior a cinquenta toneladas.

Nacionalização das empresas de transportes ferroviários.

Nacionalização das empresas de transporte marítimo de longo curso, devendo o Estado constituir empresas especializadas por tipo de transporte. De imediato cria-se três correspondentes ao transporte de mercadorias (carga geral) combustíveis (petróleo, gases, etc.) e transportes de frigoríficos.

Nacionalização das empresas de transporte aéreo.

Nacionalização das empresas de telecomunicações.



Chaves

Como já vem sendo hábito no nosso burgo, pelarm no ar «bocas» caluniosas contra o núcleo do Movimento de Esquerda Socialista de Chaves. Somos forçados e desmascarámos, para um eficiente esclarecimento dos factos.

O núcleo do M.E.S. nesta cidade desde há muito que não se poupava a esforços no sentido de conseguir um local onde pudessem instalar o seu sado. Foi encontrado na Rua das Longras, n.º 20, 2.º andar, tendo sido ocupado no período da 22 do corrente mês.

Desde logo começaram a passar de boca em boca frases como: «ocupação ilegal», «abuso de propriedade alheia», «assalto a edifício particular» e tantas outras. Dentro destas bocas, chegou ao nosso conhecimento um, apresentando ao presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Chaves.

Efectivamente, tal não aconteceu. É do conhecimento da maioria da população que a casa citada pertence aos herdeiros do dr. Jaime Ferreira de Carvalho. O núcleo M.E.S. esforçou-se por saber a morada dos herdeiros, tendo entrado em contacto com eles, que, muito amavelmente, se prontificaram a comparecer nesta cidade, a fim de se acordar o respectivo contrato de arrendamento.

O núcleo do M.E.S. de Chaves deixa assim bem explícito que a ocupação não foi ilegal, como até se refere anteriormente, mas que, noutros circunstâncias, lá-lo foi feito, como vem acontecendo noutras localidades do País. Assim, agradecemos a todos as pessoas de bom senso (que ainda existem nesta cidade) que façam calar de uma vez para sempre essas bocas ignorantes e de-

Oeiras Infantário popular

As mães e os pais trabalhadores precisam de deixar os seus filhos para irem trabalhar, mas não há infantários, nem creches que a classe trabalhadora possa pagar. Em Oeiras as vagas nos poucos infantários que existem são poucas ou nenhuma e o seu preço é elevadíssimo (1500\$00 por mês).

Desde modo iniciámos a nossa luta pela criação deste infantário para servir o povo, há mais de 8 meses, mas a Câmara não nos deu apoio. Neste momento lutamos, como é evidente, com muitos problemas, sendo um deles a falta de dinheiro; assim, a Câmara deve apoiar a nossa luta porque é uma justa reivindicação do povo trabalhador, além disso, o dinheiro que está no cofre da Câmara é do povo, foi obtido à custa do

seu trabalho. Assim a Câmara não tem mais que o devolver quando se trata de resolver coisas de primeira necessidade como é

Assim, no dia 22 de Março de 1975, a comissão de moradores do centro da vila, Nova Oeiras, Bairro da Pia à Porta e Quinta das Palmeiras, ocupou uma casa abandonada há mais de 10 anos (cujo proprietário não declarara a casa, como devoluta, aos serviços da Câmara), situada na R. Mouzinho de Albuquerque, n.º 4 em Oeiras para nela instalar um infantário popular.

Centenas de pessoas deram o seu apoio e a sua presença à iniciativa, concordando com a justiça da ocupação e oferecendo o mais diverso equipamento,

desde as camas aos «biberões» passando pelos frangonícos e pelos fogões a gás. Outro reflexo dos preços elevadíssimos que se pagam nas creches existentes é o facto de, apenas em dois dias, se inscreverem 23 crianças com idades compreendidas entre um mês e os seis anos.

Esta ocupação é o resultado da mobilização popular para a resolução dos seus próprios problemas, não sendo mais uma obra de caridade, mas o reflexo

da emancipação dos trabalhadores, independentes dos paternalismos oficiais.

Este infantário popular exige o apoio de todos os moradores de Oeiras, aos quais se pede a colaboração, não só em horas de trabalho efectivo (tomar conta das crianças), assegurar a abertura e limpeza do infantário, assegurar uma coligação voluntária, etc.

Comissão de Moradores do Centro da Vila, Nova Oeiras, Bairro da Pia à Porta e Quinta das Palmeiras

Évora

Camaradas e amigos: Vivemos um tempo de efervescência. Os burgueses bem pensantes e acomodados perguntam inquietos: «para onde vamos?», «onde é que isto vai parar?». E os reformistas deixam-se abalar na ilusão de que a democracia está consolidada e o socialismo está à porta.

Não camaradas, o processo pré-revolucionário que está a decorrer no nosso país precisa de ser acelerado. E, principalmente, precisa de ser controlado, desde a base, pelos trabalhadores — porque só eles são capazes de revolucionar a nossa sociedade, só eles construirão o socialismo, o poder operário e popular.

Com a saída do último governador civil, provou-se mais uma vez que não é possível impor dirigencial. Provou-se que o povo não aceita ser vítima de «arranjos» de cúpula. Não acreditamos que desta vez o governador civil seja já a expressão e o fruto da organização popular. Mas é para aí que temos de caminhar.

Desde sempre, o Movimento de Esquerda Socialista vem insistindo na necessidade de os trabalhadores se organizarem, em amplas assembleias e em comissões representativas, nas fábricas, nas herdades, nas zonas de habitação. Se todas estas assembleias populares, através das suas comissões, que não de construir os órgãos de coordenação e de dinamização de toda a vida social. Assim nascerá uma verdadeira alternativa aos esquemas com que a burguesia pretende dominar e dirigir o povo trabalhador.

Temos ouvido falar muitas vezes, e hoje mesmo aqui, na luta contra os monopólios e latifúndios. E com toda a razão, porque o seu poder mal foi belicosa.

E os trabalhadores rurais continuam a ser engra-

nados com uma reforma agrária que ainda nem sequer deu os primeiros passos. As forças reformistas continuam a falar em monopólios e latifúndios, mas se eles não fossem inevitáveis em qualquer regime capitalista, como se eles não fossem o fruto e a consequência natural do capitalismo.

É este, é o capitalismo que temos de pôr em causa: é o capitalismo não se controla, não se corrige — o capitalismo ataca-se e destrói-se. Ou o destruímos, ou seremos destruídos por ele, em cada dia de exploração nas fábricas, nas oficinas, nos campos.

Nesta luta contra o capitalismo, assume lugar de relevo a luta contra os despedimentos e o desemprego, a luta pelo congelamento de preços e a actualização dos salários. E aqui convém referir o exemplo dos nossos camaradas caixeiros e empregados do escritório que nesta cidade o mês nosso distrito se batem exactamente por esses objectivos, apesar das câlulas de alguns e da incompreensão de muitos.

Para eles e para todos os trabalhadores que lutam contra o desemprego e o custo de vida, para todos os trabalhadores que, pela sua luta e organização, estão a criar condições para o combate decisivo contra o capitalismo é pela revolução socialista — vel a solidariedade dos simpatizantes, aderentes e militantes do Movimento de Esquerda Socialista.

Pelo poder operário e popular!

Pela total reforma agrária!

Contra a exploração capitalista!

Em frente pelo socialismo para construir o comunismo!

(Núcleo de Évora do Movimento de Esquerda Socialista)

Marvila

Realizou-se em Lisboa, no dia 28 de Março pelas 21 e 30 no Vale do Fundão - Marvila, uma sessão de esclarecimento promovida pelo Comité de Bairro. O camarada Francisco Cordovil fez uma análise da situação política actual, definindo alguns pontos fundamentais de linha política do nosso Movimento, nomeadamente face às eleições burguesas para a Constituinte.

Seguidamente o camarada Alexandre, operário nas oficinas de Alverca, efectuou a necessidade de criação do Poder Popular através de Comissões de Trabalhadores, de Moradores, Conselhos de idosos e de soldados.

Seguiu-se um animado diálogo entre a assistência e entre esta e a mesa, afirmando-se várias questões, tais como:

Diferenças de linha política do movimento com outros grupos ditos de esquerda.

Qual a contribuição do M. E. S. nas lutas de fá-

bricas, campos, escolas no nosso país e a solidariedade com estas lutas quando travadas noutros países de baixo do jugo fascista e imperialista.

Composição do Governo recentemente formado e ambiguidades não desfeitas.

Divulgação de parte do caderno reivindicativo das Intercomissões de moradores de bairros de lata.

Questões de volta da unidade sindical.

Formação de cooperativas de consumo, com a circulação de produtos totalmente controlados pelos trabalhadores e a necessidade das nacionalizações da Banca e Seguros sa alargar ao comércio externo e interno.

No final da sessão foi-nos manifestado por vários operários presentes o desejo de passar a trabalhar com o nosso movimento, tendo sido integrados no Comité de Bairro.

Comité de Bairro de Marvila

Portalegre

O Núcleo do Portalegre do M. E. S. ocupou ao princípio da madrugada do dia 30 de Março uma casa na Rua Guilherme Gomes Fernandes desta cidade.

Aquela encontrava-se desabitada há longos anos e não havia sido declarada como devoluta à C. M. P.

Porque achamos que constitui uma afronta à população trabalhadora e ao

povo manter casas fechadas num momento em que são necessárias, e porque o núcleo desta cidade do M. E. S. necessita de instalações que possam responder convenientemente à actividade desenvolvida, decidimos a ocupação.

AVANTE PELO SOCIALISMO
Portalegre, 30.3.75
Núcleo do M. E. S.

Serpa

«Nem só de pão vive o Homem», diz o povo e muito bem. O que tem sido até aqui a vida dos trabalhadores, senão uma vida de oscuras? Só a classe burguesa, exploradora do povo trabalhador, tem tido o direito de se divertir e cultivar, mas com o dinheiro que tem roubado e continua a roubar aos trabalhadores.

Se é o povo trabalhador que tudo produz, é ele também quem mais direito tem à diversão e à cultura.

Há que criar CENTROS REVOLUCIONÁRIOS DE RECREIO E CULTURA POPULAR, contribuam para a sua emancipação.

LAR, onde os trabalhadores possam ter actividades que Tendo isto em conta o núcleo de Serpa do Movimento de Esquerda Socialista, com o povo trabalhador, vai ocupar uma casa desabitada há largos anos. (a casa do Barros e Sá) para este fim ou outros se o povo trabalhador assim o desejar.

No dia 26 de Março o povo trabalhador de Serpa ocupou uma casa desabitada há cerca de 20 anos, pertencente a um conhecido latifundiário de nome Borges e Sá.

Antes da ocupação foi constituída uma comissão de ocupação composta por trabalhadores envolvidos neste processo.

Após a ocupação procedeu-se a um inventário de todos os bens existentes. Foram contactadas as autoridades locais e o Governo Civil do Distrito.

Neste momento estão formados piquetes de ocupação e a ser planeado o uso a dar em favor dos trabalhadores.

Esta ocupação vem na sequência de outras intervenções da classe trabalhadora no distrito de Beja com o objectivo de utilizar as casas para actividades sociais, sindicais e políticas, indispensáveis à condução da sua luta.

Núcleo de Serpa do MES

Castro Verde

No vila sul alentejana de Castro Verde, a população com o apoio do M. E. S. e de outras organizações políticas de esquerda ocupou um palacete, pertan-

cente aos herdeiros de um latifundiário ausente em Lisboa há largos meses.

O palacete destina-se a um centro desportivo e cultural popular.

SEDES

Águeda, R. Dr. Adolfo Portela, 22

Almada, Praca D. Isabel (R. Projectada à R. D. João de Castro), anexo 6

Angra do Heroísmo R. Concelheiro Jacinto Candido, 7
Aveiro Av. Araújo e Silva, 22

Barcelos

Beja R. dos Infantes, 14, T. 22789

Braga Av. da Liberdade, 362-2.º, T. 27643

Caldas da Rainha Trav. 5 de Outubro, 22

CASCAIS R. Araújo Viana, 6

Castelo Branco R. João de Deus, 54/58 T. 833

Castro Verde R. Nascimento Costa

Chaves, R. das Longas, 20-2.º

Colmbra R. Ferreira Borges, 125-3.º - Tel. 27710

Covilhã, Praça da Município, 84-2.º - Tel. 24485

Espinho R. 19, n.º 57 r/c

Estremoz Largo da República 42

Faro R. Castilho, 9 T. 26100

Figueira da Foz Rua da República, 102-1.º

Guarda R. Augusto Gil, 1-1.º

Guimarães Rua da Rainha, 138-2.º e 3.º

Lamego Praça do Comércio, 93-3.º

Leiria Rua Tenente Valadim 66 R/c dr.º

Liaboa Av. D. Carlos I, 130, T. 600066

Av. D. Carlos I 146-1.º Dr.º - Tel. 607127/28

R. Rodrigues Sampaio, 79, r/c - Eq. (Jornal) - Tel. 535438

Arroios Rua de Arroios, 88-1.º

Campo de Ourique R. Silva Carvalho, 265-1.º

Moscavida R. dos Combatentes da Grande Guerra 51-8

Oliveira de Azeméis R. Luís de Camões, 21

Ovar R. Marquês de Pombal, 70

Peniche R. Alexandre Herculano, 16/18

Ponte Delgada R. Tveas Resende, 100

Portalegre, R. de Oliveira, 61, T. 817

Ponte, R. Gonçalo Cristóvão R. 31 de Janeiro 150-2.º - Tel. 319568

Bonfim R. do Bonfim, 104

S. João de Madeira

S. Pedro da Sul L. de S. Sebastião

Santarém R. Pedro de Santarém, 36, T. 23199

Saiz R. Capitão António Dias

Sorpa R. do Calvão, 29

Setúbal R. José Adelino, 13 ao L. da Fonte Nova

Sintra, R. Cunha e Silva

Viana do Castelo R. de Altamira, 65/67

Vila Nova da República, 52

Vila Nova de Gaia R. Teixeira Lopes, 123

Viseu Trav. Cândido dos Reis, 37

o MES nas eleições

LISBOA

1 de Abril Amadora, Uceu, 21.30

2 de Abril CRGE, 21.30

Benfica, Academia Grandela, 21.30

Oeiras, Idanha, 21.30

Cadaval, Bombeiros, 21.30

3 de Abril Fim Laver, Clube do pessoal, Amoreiras, 18

Arruda dos Vinhos, Clube Desportivo, 21.30

Santos, R. Guilherme Cossul, 21.30

4 de Abril Sete Molins, Verd, 21.30

Sintra, Bombeiros do Cacém, 21.30

Benfica, Bombeiros do Brandoa, 21.30

6 de Abril Azambuja, Grupo desportivo, 21.30

Alcântara, Academia Santo Amaro, 21.30

Sintra, Adesbeja, 21.30

6 de Abril Loufina, Bombeiros, 21.30

7 de Abril R das Trinas, Vendedores de jornais, 21.30

Sobral Monte Agreço, Cinema, 21.30

Sintra, Bombeiros de Balas, 21.30

8 de Abril Alquequer, Sporting, 21.30

Sintra, Alquequer, Sport Clube de N.ºm Martins

SETÚBAL

2 de Abril Grândola, Melhores, Casa do Povo

Almada, Laranjeira, Clube de Instrução e Recreio

Setúbal, FNAI

3 de Abril Santiago de Cacém, Oeiras - Recreio, casa do Povo

4 de Abril Sesimbra, Azóia, São Luís Pinhal

Almada, Porto Brandão, Sociedade de Recreio e Beneficência

Santiago de Cacém, Ermidas, Casa do Povo

5 de Abril Santiago de Cacém, S. Domingos da Serra, Casa do Povo

Almada, Praga, Cooperativa Prigalense

Molice, Soc. Filarmónica Estrela Molice

6 de Abril Santiago de Cacém, Alvalade, Casa do Povo

Montijo, Soc. Recreativa Progresso Aforsense

Setúbal, Pavilhão, Clube Recreativo

Santiago de Cacém, Cercal, Casa do Povo

Almada, Vais Figueira, Pavilhão da Escola

Palo Pires, Clube da Siderurgia Nacional

8 de Abril Sines, Soc. Recreativa Sinesense

Setúbal, Soc. Capricho

9 de Abril Grândola, Azinhela de Barros, Casa do Povo

Sarriego, Franceses

Palmeira, Soc. Filarmónica Humanitária

Almada, Charneca da Caparica, Clube Recreativo Charnegues

10 de Abril Grândola, Loual, Salão de Festas do Pessoal do Loual

Almada, Cove da Piedade, S.F.U.A.P.

Palmeira, Quinta do Anjo, Soc. Industrial Musical

Molice, Alhos Vedros, Soc. Cooperativa Operária

11 de Abril Santiago de Cacém, Abeta, Casa do Povo

Almada, Costa da Caparica, Bombeiros Voluntários

Setúbal, Grupo Desportivo os «13»

COMBURA

2 de Abril Bortelo

3 de Abril Celas

S. Silvestre

4 de Abril Figueira da Foz, Fontenotes

Tavarede

8 de Abril Alcanarques

Figueira da Foz, Livros

Epineil

12 de Abril Loual, Comício

LEIRIA-CALDAS

1 de Abril Alcobaca

2 de Abril A dos Francos

3 de Abril Salir do Porto

São Martinho

4 de Abril Caldes da Rainha

5 de Abril Nazaré

6 de Abril Serra do Buroa, 15.30

Chão de Parada, 21.30

7 de Abril Foz do Arelho

Nadadouro

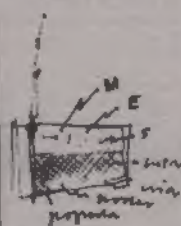
8 de Abril Celas

Bárrio

9 de Abril Alcobaca

10 de Abril Benedita

Turquel



Emissora Nacional

4 Abril, 19-19.10

5 20.10-20.20

6 19.10-19.20, 20.10-20.20

8 19.20-19.30, 19.30-19.40

9 19.50-20

10 19.20-19.30

Rádio Clube Português

2 Abril, 22.50-23

2 23.30-23.40

4 14.30-14.40

5 23.10-23.20

6 14.30-14.40

7 23.30-23.40

8 23.30-22.40

10 22.40-22.50

Rádio Renascença

2 Abril, 22.40-22.50,

23.10-23.20

4 22.50-23.00, 23.20-23.30,

23.30-23.40

5 23.20-23.30

6 22.50-23

8 10-10.10

9 23.10-23.20

10 10-10.10

Emissoras Regionais de Lisboa

2 Abril, 23.15-23.25

3 22.45-22.55

4 22.15-22.25

5 07-07.10

6 23.15-23.25

7 22.45-22.55

8 22.15-22.25

9 07-07.10

10 07.10-07.20

Televisão

5 Abril, 10 a 20 m a seguir

ao Telejornal das 20 h

7 13.25-13.30

9 a seguir ao Telejornal

das 20 h

12 13.20-13.25

O E.S. VEMDE SE

NA SUÍÇA

Tabares de Boulevard

11, Boulevard Georges-Favon

1200 Gendève

EM FRANÇA

Livraria Portuguesa,

23 Rue Gay-Lussac

75006 Paris (Tel. 033 46.16)

NA BELGICA

Livraria L'Œil Sauvage

221, Chaussée d'Ixelles

1050 Bruxelles (Tel. 648 14.45)

Propriedade do

Movimento de Esquerda Socialista

Composto a impresso em

Artesgracia Quilica, SARL

Rue Lud Soliman 4, Lisboa

Jornal impresso a pedido de E.S. 10/79

Emocal (Açores):
contra a sabotagem !

A Emocal é uma empresa de construção civil em Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, Açores, com cerca de 200 trabalhadores. Dois dos gerentes da empresa tentaram sabotar a economicamente desviando fundos e despedindo dezenas de trabalhadores. Um deles preparava-se para dar o seu passaporte ao Brasil.

Os trabalhadores face a esta situação depois de várias reuniões, elegeram uma comissão de ocupação e tomaram conta da empresa. Formaram piquetes para evitar o desvio de documentação ou quaisquer outras manobras; também decidiram não trabalhar o sábado.

O núcleo do MES de Angra está com os trabalhadores da Emocal e publicou o seguinte comunicado:

OS TRABALHADORES VENCERÃO!

«A burguesia capitalista, a mesma que à sombra do fascismo explorou intensamente os trabalhadores portugueses, pretende perpetuar essa exploração recorrendo para isso e manobras de toda a espécie: desvio de fundos, despedimentos, sabotagem económica, etc.

«Por todo o País a classe

trabalhadora tem sabido opor-se com firmeza a estas tentativas dos seus inimigos da classe.

«Contra as manobras fraudulentas e de sabotagem económica provocada por alguns gerentes da Emocal, decidiram os trabalhadores desta empresa a sua ocupação, exigindo imediata sindicância com consequente saneamento dos fascistas Pêlicas e Ulisses, autores das manobras; intervenção imediata do Estado; o fim de despedimentos.

«O MES saúda e apoia esta justa luta dos trabalhadores da Emocal, conseqüente com a sua afirmação de que só a iniciativa das massas trabalhadoras em aliança com os sectores progressistas do MFA, será capaz de barrar o caminho à reacção capitalista e garantir o avanço do processo revolucionário no sentido do socialismo.

«Apoiemos para a solidariedade activa de todos os trabalhadores desta ilha para os camaradas da Emocal, pois contra o inimigo comum — a reacção capitalista — só a unidade na luta dos trabalhadores poderá alcançar a vitória.»

Secretariado do Núcleo Regional do Movimento de Esquerda Socialista de Angra do Heroísmo

CAMPANHA DE FUNDOS

| | |
|------------------------|------------|
| Transporte | 3580 \$ 00 |
| Um camarada de Angola | 100 \$ 00 |
| Um emigrante no Canadá | 250 \$ 00 |
| | 3930 \$ 00 |

NOTA AOS ASSINANTES:

Os assinantes do E.S., devem indicar o número da assinatura sempre que se correspondem com o jornal na qualidade de assinante.

ASSINATURA

Esquerda Socialista

6 meses 75 \$ 00 ☐ 12 meses 150 \$ 00 ☐
apoio 300 \$ 00 ☐
estrangeiro Europa 275 \$ 00 ☐

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Profissão _____

Admin./redacção: R. Rodrigues Sampaio, 79 r/c Lisboa tel. 535438



DIÁRIO DO SUL

DIREÇÃO PROVISÓRIA — COMISSÃO COORDENADORA UNITÁRIA

AO SERVIÇO DO POVO TRABALHADOR E DA ALIANÇA POVO — MFA

Avançar sempre | O novo Governo (remodelado)

1.º — Os trabalhadores e todo o povo português assistiram recentemente — vigilantes! — a dois factos de profundas repercussões para o nosso país: mais uma derrota da criminoso burguesia e a nacionalização dos bancos.

O golpe de 11 de Março veio provar a que muitos pareciam esquecer: a burguesia capitalista não hesita em recorrer à força e ao crime quando sente o seu poder ameaçado; o antifascismo não passa de reformismo pueril se não avançar para um anticapitalismo consequente (a fascismo é apenas uma das faces do capitalismo).

Só venceremos definitivamente a reacção quando destruímos o sistema capitalista. Só consolidaremos a liberdade e a democracia dando pessoas decisivas para o socialismo. A nacion-

2.º — Vivemos numa região em que a burguesia capitalista, fascista, marialista e reaccionária (com relevo para as latifundiárias) assentou arraiais desde há longos anos. É urgente sanear radicalmente as estruturas e o próprio ambiente.

Terra de quem nada faz a tudo controla (economia, influência social, a manipulação política) — o Alentejo assiste a uma luta de classe decisiva: milhares de assalariados lutam à procura do pão, da dignidade e de uma profunda reforma agrária que reformule a agricultura e a ponha ao serviço do povo trabalhador; milhares de operários fabris, vítimas do despotismo colonialista (Siemens, Dvor, etc.), milhares de desempregados. Do outro lado da barricada os «grandes famílias» alentejanos

reformismo instalado no Governo e fora dele caluniou-os. Os trabalhadores vão sempre descobrindo quem é por eles e quem está contra eles... E o 11 de Março veio proporcionar novas condições de luta e de organização.

No Alentejo pouco ou nada tem sido feito pelo saneamento, por melhores condições de vida e de trabalho, pela reforma agrária, pela garantia de emprego, pelo controle de preços. A vitória talvez venha longe mas os trabalhadores sabem — e sabão-lo cada vez mais, pela prática — como conquistá-la.

5.º — No dia 13 deste mês caiu-se uma voz reaccionária do Alentejo: O «Diário do Sul». O Movimento de Esquerda Socialista apela, desde a primeira hora, tal iniciativa em colo-

A experiência que se vive no «Diário do Sul» é importante a vários níveis:

Os reaccionários da nossa terra deixaram de ter uma voz ao serviço de qualquer «maioria silenciosa», ou antes, «minoría tenebrosa»;

Os trabalhadores do jornal e da tipografia vão gerir o seu próprio trabalho, aumentando a sua capacidade de organização e de luta;

Os trabalhadores do Alentejo, sem dinheiro para comprar ou montar empresas jornalísticas, vão ter um campo aberto à divulgação e discussão dos seus problemas e das suas lutas.

Os sindicatos e os partidos democráticos exercem mais livremente a sua acção.

O M. E. S. tudo fará para que esta iniciativa contribua para o «desenraizamento» e fortalecimento de um poderoso movimento anticapitalista das massas populares. E dará todo o seu apoio para que o

"Só a verdade é revolucionária"

A burguesia exploradora portuguesa, deixando de dispor inteiramente da sua polícia de choque e dos seus pides, como até ao 25 de Abril, tentando enganar os trabalhadores, mescla-se de «populista» e «democrática». O papel dos partidos burgueses, todos aparecendo mais ou menos comprometidos com o 28 de Setembro e o 11 de Março, foi a partir de 25 de Abril: confundir e dividir os trabalhadores (veja-se como se bateram pelo pluripartidarismo; impedir o fortalecimento da aliança entre o movimento das massas e os sectores progressistas do M.F.A.; veja-se a acção do PPD face à justa ocupação do ex-Lawn Tennis Club pelos trabalhadores).

Para alcançar estes objectivos a reacção capitalista agrupou nos partidos burgueses têm lançado mãos aos seus largos recursos financeiros, não hesitando em caluniar as lutas dos trabalhadores, os partidos políticos progressistas e revolucionários, em lançar campanhas de boatos, em recorrer à violência.

Nos Açores, os métodos da reacção capitalista não diferem dos utilizados a nível nacional para obstar o avanço do processo revolucionário no sentido do socialismo, manipulando o anticomunismo, ainda enraizado nas populações rurais e a forte influência do clero reaccionário.

A «APPLIED MAGNETICS» E AS CALÚNIAS DO PPD!

O MES apenas tem responsabilidades face aos explorados e oprimidos e é assim que vem tomar claro frente aos trabalhadores deste país:

Tem vindo o PPD (pela voz do dr. Magalhães Mota e depois do seu núcleo regional) a caluniar o Movimento de Esquerda Socialista afirmando que esta organização tem a desconfiança de neste fabrico um movimento reivindicativo no qual teriam resultado centenas de despedimentos. Ora o que aconteceu é que:

A Applied Magnetics é uma das tantas empresas estrangeiras que se instalaram no nosso país aproveitando-se dos baixos salários garantidos pelo fascismo e que, como outras,

logo que a situação deixou de lhes ser propícia, trataram de se mudar para outros paragens. No nosso espanta que o PPD se sinta «chocado» com esse facto.

O MES tem afirmado inúmeras vezes que são os trabalhadores que devem controlar e dirigir as suas lutas, a portanto nunca complicita ao MES desencadear qualquer processo reivindicativo onde quer que seja. O MES limitou-se a estar presente nas lutas através dos seus militantes operários e apoiá-las. Também não nos espanta que o PPD não esteja presente nas lutas dos trabalhadores e as calunias e tente sabotá-las. Quanto a este aspecto nota-se que o PPD tentou fazer crer que o lançamento do Tennis foi movido por forças partidárias, quando foi claro que foram os próprios trabalhadores a tomarem a iniciativa e a concretizá-la.

Os despedimentos e o desemprego são consequências da crise que o capitalismo atravessa e são processos que os capitalistas utilizam para manter os seus lucros lançando na miséria milhares de trabalhadores; os despedimentos não são portanto consequência das lutas dos trabalhadores, e se os não há mais deve-se à maneira como os trabalhadores têm sabido lutar contra eles. Não nos espanta também que o PPD tema essas lutas e tente culpar os trabalhadores e suas organizações políticas dos despedimentos.

Tais atitudes do PPD estão perfeitamente conseqüentes com os interesses da classe que representa e defende: os interesses da burguesia capitalista, cada vez com maiores dificuldades em manter a marca de «populista» e «democrática».

Finalmente alertamos os trabalhadores contra a onda de boatos que circulam no nosso país. O MES assina o que faz e não se esconde atrás de siglas falsas, ou do anonimato. Nesse sentido devem ser imediatamente denunciados aqueles que atribuem ao MES comunicados ou atitudes totalmente alheias ao Movimento.

SÓ A VERDADE É REVOLUCIONÁRIA!
AVANTE PELO PODER OPERÁRIO E POPULAR!
AVANTE PELO SOCIALISMO!

O Secretariado do Núcleo Regional de Angra do Heroísmo do Movimento de Esquerda Socialista

"voz de trabalhadores

- livre e autonomamente organizados"

lização da Banca e dos Seguros foi um desses passos. Mas outros se devem seguir com urgência: a nacionalização do comércio externo, dos transportes, das fontes de energia, nas empresas que efectuam despedimentos colectivos, dos monopólios e latifúndios, etc. E não basta nacionalizar, é necessário socializar, isto é: estabelecer o controle operário sobre as empresas, a produção, os lucros e os preços.

2.º — Mas também aqui é preciso não nos iludirmos: O capital não se controla, ataca-se os trabalhadores não podem aceitar gerir o capitalismo; os trabalhadores não estão dispostos a pagar os custos da crise e da reconversão capitalista. Daí a urgência de organização dos trabalhadores, nas fábricas, nos campos, nos locais de habitação — em amplas assembleias, elegendo e controlando desde a base as suas comissões. Assim nascerá e se alargarão os contra-poderes operários e populares, através dos quais os trabalhadores, libertos dos esquemas propostos pela burguesia e pelas burocracias dos partidos ditos das «classes trabalhadoras», evanescerão na defecção dos seus interesses de classe, forjando uma alternativa revolucionária para o actual domínio do capital e das forças reformistas. Em suma: avançar-se-á na construção do verdadeiro partido da classe operária apetrechada para o confronto decisivo com as forças burguesas.

que, de vez em quando, deixam os seus palácios de Lisboa ou do Estoril e desçam aos «montes», em especial quando os lucros ameaçam baixar ou se aproximam eleições. É o capital — seja ele português, suco ou americano — contra os trabalhadores. Muito há a fazer para que este Alentejo seja de quem produz, de quem trabalha. Muito há a fazer para que este País deixe de ser controlado de portugueses e estrangeiros exploradores (e, portanto, inimigos) do povo trabalhador. Aqui assenta a missão histórica do proletariado fabril e rural e dos seus aliados: tirar a alguns o que é de todos, construir uma sociedade nova, em que novo seja o modo de produção e o modo de viver — a democracia proletária, a fraternidade popular. Mas isso não se fará sem luta, sem organização, sem uma violência para opor à violência de exploradores.

4.º — Nesse sentido vão algumas lutas de vanguarda (TAP, Lisnave, Sogefal, algumas ocupações de fábricas e herdades, etc.). Por serem de vanguarda, o

boração com outras organizações partidárias com as quais mantêm profundas divergências, táticas e também estratégicas.

Fé-lo convicção de que esta celebração, de acordo com o programa político do M. E. S., constitui para:

«A consolidação e fortalecimento das liberdades adquiridas;

«a defesa da capacidade de iniciativa das massas populares, como única forma de obstar ao recrudescimento das forças da reacção e do fascismo;

«o avanço das forças populares na luta anticapitalista».

ENCONTRO REGIONAL DE PROFESSORES DA ZONA NORTE

No último número do E. S. noticiámos, que este encontro se realizaria no dia 5 de Abril. Tal é incorrecto.

O encontro realizar-se-á a 12 de Abril

«Diário do Sul» seja voz dos trabalhadores, livre e autonomamente organizado, evitando que o jornal seja controlado por cúpulas partidárias ou sindicais, pretensamente em nome dos trabalhadores. Se tal foi possível, será uma grande arma para os trabalhadores alentejanos; se houver quem não esteja interessado na organização e libertação verdadeiras dos trabalhadores, o M. E. S. tomará a atitude mais coerente.

Núcleo de Évora do Movimento de Esquerda Socialista